

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA  
CURSO DE HISTÓRIA

**LUZENILTON DIAS LIMA**

**“ÁGUAS BOAS DE GUAXENDUBA”**: memórias de Icatu, Maranhão e o ensino de  
História local

São Luís

2021

**LUZENILTON DIAS LIMA**

**“ÁGUAS BOAS DE GUAXENDUBA”**: memórias de Icatu, Maranhão e o ensino de  
História local.

Monografia apresentada ao Curso de História  
da Universidade Estadual do Maranhão, para  
obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Helidacy Maria Muniz  
Corrêa

São Luís

2021

Lima, Luzenilton Dias

Águas boas de Guaxenduba: memórias de Icatu, Maranhão e o ensino de História local. Luzenilton Dias Lima. - São Luís, 2021.

70 f. il.

Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dra. Helidacy Maria Muniz Corrêa

1. Vila de Icatu. 2. Historiografia. 3. Guaxenduba. 4. Formação Histórica de Icatu. 5. Ensino de História. I. Título.

CDU: 930.812.1

**LUZENILTON DIAS LIMA**

**“ÁGUAS BOAS DE GUAXENDUBA”**: consolidação e as memória de Icatu Maranhão e o ensino de História local

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Apresentado em: 12/01/22

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Helidacy Maria Muniz Corrêa (Orientadora)  
Universidade Estadual do Maranhão (Campus São Luís - MA)

---

Prof. Dr. Eloy de Abreu  
Universidade Estadual do Maranhão (Campus Caxias - MA)

---

Prof. Dr. Carlos Aberto Ximendes  
Universidade Estadual do Maranhão (Campus São Luís - MA)

A Deus, razão e causa da minha existência, e  
à família que me ensinou o significado de  
nunca desistir dos meus propósitos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pelo dom gracioso da vida. Agradeço profundamente àqueles que conhecem um pouco da minha história, sobretudo, àqueles que me viram dar os primeiros passos me refiro aos meus pais que apesar de suas vidas simples e humildes me ensinaram o valor incalculável da busca pelo saber, seus exemplos me motivou a ser alguém que persegue os sonhos e os alcança mesmo na adversidade. Sempre será motivos de orgulho pertencer a essa família que a partir de agora colecionará mais um professor na sua galeria, cuja missão dentre outras será ajudar na formação de cidadãos e na mediação de conhecimentos.

Agradeço aos meus colegas da graduação que me motivaram a não desistir quando as circunstancias foram desfavoráveis.

Agradeço a minha orientadora, a Professora Helidacy Corrêa pelo ensino, pela motivação, pelo seu profissionalismo e competência por não desistir de me orientar, agradeço a Professora Júlia pelo incentivo em momentos de desânimo, e a todos os professores do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão que tive contato que me ajudaram a crescer como estudante profissional.

*O memorável é que pode ser sonhado de um  
lugar.* Michel de Certeau

## RESUMO

O grande e complexo projeto de colonização português no Novo Mundo incluía as conquistas das vastas porções de terras litorâneas e interioranas do Norte da América portuguesa, na qual, a Vila de Icatu se insere como espaço decisivo para a consolidação do domínio luso no século XVII, quando as disputas por territórios ainda ameaçava a hegemonia portuguesa. Esta pesquisa concentra seus esforços na importância histórica da Vila de Icatu para o poder central e regional, por sua localização geográfica, por suas terras férteis e águas abundantes. A vila de Icatu teve duas mudanças geográficas e elevações por ordem monárquica (1688 e 1759), sendo Capitania real, obteve investimentos da Coroa afim de garantir a continuidade do processo colonizador litorâneo e interiorano. Esta pesquisa busca uma compreensão do passado colonial de Icatu e suas riquezas históricas; procura situar permanências e vestígios deixados pelo tempo da constituição e formação histórica de Icatu. Metodologicamente, a cartografia e as imagens da região contribuíram para elucidar as transformações e heranças históricas da cidade. O aniversário de 407 anos de Icatu traz à tona uma problemática necessária: como se dá a preservação da memória coletiva de uma cidade colonial? Que sentimentos carregam a população local em relação à história da cidade? O ensino escolar da disciplina de História valoriza as experiências históricas locais? Estas são algumas das reflexões que motivaram a presente pesquisa.

Palavras-chave: Vila de Icatu. Maranhão. Historiografia. Ensino de História.



## **ABSTRACT**

The great and complex Portuguese colonization project in the New World included the conquests of the vast portions of coastal and inland lands in the North of Portuguese America, in which the village of Icatu is inserted, a decisive space for the consolidation of the Portuguese domain in the 17th century when the disputes for territories still threatened the Portuguese hegemony. This research concentrates its efforts on the historical importance of the village of Icatu for the central and regional power, due to its geographical location, fertile lands, and abundant waters. The village of Icatu had two geographic changes and elevations by monarchic order (1688 and 1759), being a royal captaincy, it obtained investments from the Crown in order to guarantee the continuity of the colonizing process on the coast and in the interior. This research seeks an understanding of Icatu's colonial past and its historical riches; it seeks situating permanences and traces left by the time of Icatu's constitution and historical formation. Methodologically, the cartography and images of the region contributed to elucidating the historical transformations and legacies of the city. Icatu's 407th anniversary brings up a necessary problem: how does the preservation of the collective memory of a colonial town come about? What feelings does the local population have about the city's history? Does the teaching of history in schools value local historical experiences? These are some of the reflections that motivated the present research.

**Keywords:** Icatu Village. Maranhão. Historiography. History Teaching

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b>	- Planta do Forte de Santa Maria.....	15
<b>Figura 02</b>	- Fragmento do mapa do Maranhão e Grão-Pará.....	19
<b>Figura 03</b>	- Mapa do trajeto histórico de Icatu.....	20
<b>Figura 04</b>	- Representação cartográfica quilombola e indígena de Icatu.....	30
<b>Figura 05</b>	- Mapa do Maranhão/território indígena.....	36
<b>Figura 06</b>	- Resposta do professor A e B da Escola Luís Campos 9º ano.....	51
<b>Figura 07</b>	- Resposta do aluno A do 9º ano da Escola Luís Campos.....	52
<b>Figura 08</b>	- Resposta do aluno B da Escola Severiano de Azevedo.....	52
<b>Figura 09</b>	- Resposta da aluna C do 3º ano da Escola Ana Flávia Pereira.....	52

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Foto 01</b>	- Praia de Santa Maria-Icatu.....	32
<b>Foto 02</b>	- Porto do povoado Mamuna.....	33
<b>Foto 03</b>	- Povoado de Itatuaba.....	34
<b>Foto 04</b>	- Porto do Sertãozinho.....	35
<b>Foto 05</b>	- Rua principal do povoado Salgado.....	36
<b>Foto 06</b>	- Planta Guaxima.....	38
<b>Foto 07</b>	- Vestígio de uma cambôa indígena.....	39
<b>Foto 08</b>	- Roça de Coivara no povoado de Salgado.....	40
<b>Foto 09</b>	- Casa de barro Quilombola no povoado Jacareí dos Pretos.....	41
<b>Foto 10</b>	- Quilombolas na casa da farinha.....	42
<b>Foto 11</b>	- Povoado de Moinho.....	42
<b>Foto 12</b>	- Quilombo de Olho D'Água.....	43
<b>Foto 13</b>	- Busto de Jerônimo de Albuquerque.....	46
<b>Foto 14</b>	- Parque Folclórico Básica Azevedo.....	47

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01</b>	- Acontecimento em sala de aula.....	49
<b>Gráfico 02</b>	- Centralidade do ensino de história.....	50
<b>Gráfico 03</b>	- Frequência do ensino regional em sala de aula.....	53

## **LISTA DE SIGLAS**

- AHU** - Arquivo Histórico Ultramarino
- ADCT** - Ato das Disposições Constitucionais
- AILCA** - Academia Icatuense de Letras, Cultura e Artes
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- PCN** - Parâmetros Curriculares Nacionais
- PNLD** - Programa Nacional do Livro Didático

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1: DE FORTE A VILA DE ICATU.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 Dinâmica da conquista do norte na historiografia.....</b>	<b>21</b>
<b>1.2 A conquista do território icatuense.....</b>	<b>24</b>
<b>1.3 Memórias da conquista.....</b>	<b>27</b>
<b>CAPÍTULO 2: ICATU E A CARTOGRAFIA HISTÓRICA DA CIDADE.....</b>	<b>30</b>
<b>2.1 A toponímia da cidade e a história indígena.....</b>	<b>36</b>
<b>2.2 A toponímia da cidade e a escravização africana.....</b>	<b>40</b>
<b>2.3 Um perfil demográfico da atual Icatu.....</b>	<b>44</b>
<b>CAPÍTULO 3: QUARTO CENTENÁRIO DE ICATU NA MEMÓRIA LOCAL.....</b>	<b>45</b>
<b>3.1 A história local nas escolas de Icatu.....</b>	<b>47</b>
<b>3.2 Os desafios de ensino de história local.....</b>	<b>54</b>
<b>3.3 O que se ensina e o que aprende sobre a história de Icatu.....</b>	<b>56</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>66</b>

## INTRODUÇÃO

*Rainha do Munin, Terras de águas Boas, Terra de Guaxenduba*, são emblemas que se atribui à cidade de Icatu no decorrer do seu processo histórico. A investigação sobre estas denominações e suas implicações me levaram a perceber que há um contexto vasto de histórias e estórias que compõem o rico legado da História do Maranhão.

Palco da batalha naval que consolidou o domínio luso no Norte do Brasil, parte de uma Capitania Real do Maranhão, e o principal ponto estratégico para a defesa do novo território a Vila de Icatu é instigante objeto de pesquisa pela história que constitui desde o final do século XVII até a segunda metade do XVIII (1688 - 1759). Período datado entre a segunda e a terceira mudança da localização da Vila e que ainda hoje permanece com o título de cidade. A fim de contextualizar o recorte anunciado farei um breve recuo histórico para a batalha de Guaxenduba, em 1614.

Este estudo trata da Vila de Icatu ao longo de três capítulos. No primeiro busco compreender as principais razões para a criação do forte do Arraial de Santa Maria de Guaxenduba e sua posterior mudança por ordem régia, depois de mais de sete décadas da sua primeira instalação oficial. Se a tônica discursiva da política portuguesa de “assegurar o território” implicava na construção de fortes, a mudança da Vila, indicava um plano de fixação permanente, um claro indício de um projeto maior.

Após a pequena povoação em torno do forte houve pelo menos duas mudanças nominais e locais do que viria ser Icatu. Qual seria a relação desses acontecimentos com as dinâmicas globais do mundo na época? Quais as implicações dessas mudanças para os novos moradores daquela vila? Quais desafios enfrentaram? A bibliografia pesquisada e documentos do Catálogo de Manuscritos Avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) nos ajudarão a responder tais indagações.

Afim de conectar os acontecimentos locais da Vila e do Estado aos eventos globais, serão feitas reflexões com base na historiográfica recente sobre as dinâmicas da conquista do norte, considerando sua particularidade e importância para a compreensão dos desdobramentos histórico que sucederam na conquista no Estado. Em seguida analisarei a guerra entre portugueses e franceses para discutir sobre as implicações do conflito para as duas monarquias, mas principalmente, observando o olhar da historiografia mais recente para esse evento que foi divisor de águas para a consolidação do domínio luso no norte e início da construção da história da Vila de Icatu.

No segundo capítulo tem-se uma reflexão sobre a memória da conquista, memória

essa forjada em torno da batalha de Guaxenduba, por meio das lendas e crenças e fatos, elementos estes constituintes de uma memória coletiva e impressora de uma identidade local.

No terceiro capítulo, com intuito de contribuir para uma melhor leitura dos vestígios históricos da cidade foi feito um mapeamento geo-histórico do lugar, objetivando compreender melhor as permanências de um passado distante ou próximo, dando voz a pessoas de alguns lugares (povoados e quilombos) remanescentes da formação histórica de Icatu.

Sabendo da relação estreita entre os fatores linguísticos e socioculturais históricos e materiais, busquei elementos e vestígios deixados na toponímia da cidade e a história indígena e de escravizados africanos em Icatu, a fim de compreender o legado e contribuição para a formação étnica e cultural icatuense. Também realizei um balanço sobre as permanências e heranças na demografia da atual de Icatu concernente aos costumes étnicos e religiosos que insistem em se perpetuar.

O quarto capítulo tem o objetivo central de relatar as impressões da memória local referente aos 407 anos da História de Icatu, bem como a força da tradição em torno das manifestações que mantém viva a memória coletiva e o sentimento de pertencimento. A pesquisa de campo por amostragem me ofereceu a possibilidade de compreender os desafios do ensino-aprendizagem em história local, nas principais escolas do município em estudo. As reflexões e contribuições teóricas oferecem melhorias para um maior e melhor alcance do ensino histórico da própria cidade, contribuindo para a História do Maranhão e o conhecimento acadêmico.



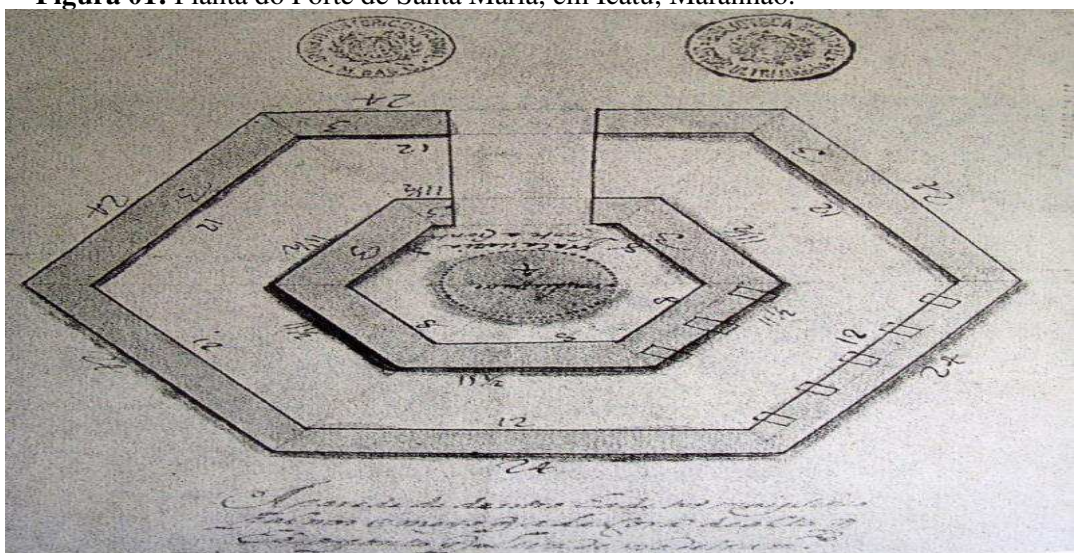
## CAPÍTULO 1: DE FORTE A VILA DE ICATU

As fortificações militares mais do que assegurar domínios em disputas com outros povos europeus, no processo de dominação e colonização portuguesa, também serviram como base de apoio para o incremento de atividades missionárias para o desenvolvimento de alianças com as populações nativas; correspondem também ao interesse de criar rotas seguras para o estabelecimento de atividades comerciais e para as posteriores incursões de tropas de guerras justas, descimentos, permitindo as construções de povoamentos coloniais e ordenação de atividades agrícolas e pastoril (CARDOSO, 2011; CHAMBOOULEYRON, 2010).

Sendo assim, as fortificações militares do Maranhão no período colonial contribuíram sobremaneira para a expansão da colonização portuguesa. Essa assertiva amplia uma abordagem historiográfica que compreendia este processo apenas a partir de interesses geopolítico e dominação de áreas que estavam em disputas com outras potencias como a inglesa, francesa, holandesa e até mesmo espanhola; contudo é possível perceber outro sentido na inauguração e manutenção dos fortes (REZENDE, 2006; LIMA, 2019).

O forte de Santa Maria de Guaxenduba, localizado no atual município de Icatu foi construído às pressas em vista da eminente batalha contra os franceses sob a supervisão do capitão-engenheiro Francisco Frias de Mesquita, o mesmo que depois projetaria a planta de São Luís. A planta projetada conforme mostra a Figura 01, era uma construção em pedra e cal e parte de madeira possuía seis lados iguais, sendo que o lado mais forte, ficava de frente para o mar servindo de base para as artilharias para confrontar os inimigos (MORENO, 2002, LACROIX, 2006).

**Figura 01:** Planta do Forte de Santa Maria, em Icatu, Maranhão.



**Fonte:** Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (2021)

Esta ação enquadra-se dentro da macrodinâmica de assegurar o território contra a invasão inimiga, contudo essa estrutura de defesa no decorrer do percurso colonizador passa a ter outros agentes de disputas e interesses.

Se no início do século XVII, as construções de fortes eram mais recorrentes em regiões litorâneas, nas duas décadas finais desse mesmo século há um processo de interiorização nas instalações deles, principalmente nos principais afluentes a leste do Rio Amazonas: Mearim, Itapecuru e Munim (BOMBARDI, 2015). Sendo assim, a instalação do forte de Guaxenduba pelos portugueses ganha uma finalidade peculiar para os interesses da monarquia; ao mesmo tempo que teoricamente resguardava o litoral contra “concorrentes invasores europeus”, inaugurava-se o primeiro núcleo de povoação em torno do forte construído por portugueses. As raras referências que existem sobre a situação dos moradores em torno do forte de Guaxenduba e a vasta região do *Monim* depois da batalha fazem alusão às missões jesuítas empregadas na catequização dos indígenas.

Os padres da companhia de Jesus benedito Amadeu Lopo de Couto, outro não sacerdote, e Luiz Figueira, superior de todos, também vieram com Alexandre de Moura: e passando a uma grande aldeia do Rio Monim, ali empregaram na instrução dos índios hoje chamam Vila-Vela (PRAZERES, 1891, p. 42).

A partir do final de julho 1615, com Albuquerque em São Luís a liderança do arraial ficou a cargo de um destacamento de militar ordenado por Alexandre de Moura que antes de viajar para Europa a serviço da Coroa e sua principal atuação foi conceder sesmarias para a implantação do novo povoado e solicitar à corte espanhola por meio do vice rei a mudança do primeiro local de povoação antes em torno do forte para para um local mais adequado que servisse de ancoradouro para as embarcações (MORENO,2002). “[...]onde também é convenientíssimo fazer-se povoação por muitas razões importantes ao serviço de Sua Majestade”[...] (MARQUES, 1870, p. 102).

A introdução de agentes para a proteção ao redor do forte deu origem às Vilas que, assim como a concessão de sesmarias, era uma forma de ocupação de terras no no Norte. Para o pesquisador Rafael Chamboleyron, esse movimento esteve ligado ao desenvolvimento das capitanias privadas, como era o caso das Vilas de Santo Antônio (Capitania de Tapuitapera, atual Alcântara), de Sousa (capitania de Caeté, pertenceu a companhia privada no Grão-Pará e foi retomada pelo domínio Real no século XVIII com outros nomes (OLIVEIRA,2008) e de Santa Cruz (Capitania de Cameté, atualmente município com o mesmo nome no Estado do Pará..). Mas a Coroa também empreendeu a formação de núcleos de povoamento nas capitanias reais. O caso exemplar é o da Vila Nova de Icatu, ligada ao domínio da fronteira

oriental da capitania do Maranhão, incentivada pelos governadores e pelos próprios moradores (CHAMBOULEYRON, 2005)

Em 1686, o Conselho Ultramarino pede uma resposta ao rei sobre uma carta do governador referente a construção da vila (AHU\_ACL\_CU\_009,CX. 7, D 761) sobre suas terras [...] tendo um porto excelentes, clima apropriado para todo tipo de cultura, águas perfeitas e clima salutar”. Este era o argumento dos membros do conselho Ultramarino para pedirem a mudança.

Revoltas indígenas, escassez de alimento, porto impróprio para fundeamento de grandes embarcações e falta de comércio foram fatores que fizeram com que os moradores se transferissem para outro local mais apropriado, o que ocorreu em 1684 com elevação à categoria de Vila em 1688, mas apenas em 1691 se daria o início das construções. Embora a vila de Icatu pertencesse à Coroa, os empreendimentos eram demorados, em certos casos nem sempre eram atendidas as solicitações dos agentes (MARQUES, 1870, p. 89).

A gestão do estado estava sob o domínio de Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho (o Moço), que deu continuidade aos trabalhos iniciados pelo antecessor capitão-general Arthur d Sá de Meneses. Em pouco mais de três anos, foram construídas algumas edificações oficiais como: a Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, a casa da câmara e duas casas fortes adaptadas para artilharia pesada, para comandar as construções, o governador nomeou o sargento-mor Antônio de Barros Pereira, depois de construídas foram nomeados o cabo de guerra, Dionísio de Barros de Albuquerque para comandar a casa forte, e o primeiro pároco da Vila Domingos Moreno - Maranhão, para comandar a Igreja de Nossa senhora da Ajuda.(LIMA,1981) (AHU\_ ACL\_CU, 009, CX.8, D 848). Essas construções se referem à primeira vila de Icatu (extinta Vila velha).

O empreendimento dessas construções demandava investimentos dispendiosos por parte da Coroa, e esforço constante dos moradores. Assegurar o território, não significava mais apenas construir fortes em pontos estratégicos, mas em fazer com que a terra restituísse os investimentos reais, ou seja, o rei buscava retorno pelos seus gastos. Em 1699, onze anos depois da elevação para a primeira vila ocorrida 1688, num lugar que ficou conhecido como Vila Velha denominação atribuída depois da construção da Vila Nova em 1759 (MARQUES,1870, ASSUNÇÃO,1988) o rei, em resposta ao governador, explica que não autorizou o “resgate de índios” para o trabalho em suas lavouras pela constante fuga deles depois de “resgatados”[...], mas autorizou a compra de 30 escravos por preços módicos de forma que não percam minha fazenda (AHU\_CCL\_CU 009,CX.7.D.824). O que implica perceber que os investimentos pela Coroa na Vila de Icatu estavam condicionados a

supervisão dos poucos colonos em relação mão de obra disponível (MARTINS, 1839).

Embora a Vila de Icatu fosse uma capitania real, desconheço registros, pelo menos até ao final do século XVIII e início do século XIX, de sua atuação econômica em relação ao monopólio régio. Ainda assim, o novo ponto onde a Vila havia sido construída continuava sendo estratégico, além de servir como guardião da porta oriental do Golfão Maranhense. A partir da mudança e dos empreendimentos reais o porto da Vila serviria como entreposto geográfico, localizado nas desembocaduras dos rios Munim e Itapecuru. Por estas vias navegáveis escoavam as mercadorias vindas do interior da capitania do Maranhão, da vizinha capitania do Piauí e até das mais distantes como Bahia e Minas Gerais como destaca Maria do Socorro Cabral:

As medidas tomadas sob orientação régia com a criação da vila de Icatú, construção de fortaleza de Iguará além de realização de estradas e guerras justas, favoreceram seu devassamento e ocupação. [...]A construção da vila do Iguará tinha como função não só facilitar o processo de ocupação, mas também assegurar o transporte de ouro que vinha das regiões mineradoras, utilizavam esses rios para chegar a São Luís. As várias e importantes recomendações régias para a fundação da vila são indicativos da determinação e do zelo que o estado português conduziu a conquista (CABRAL,1992, p. 72)

Enquanto isso, no lado ocidental já estava sendo construída Vila de São Pedro de Alcântara antes chamada de *Tapuitapera*. Pela análise bibliográficas e leitura do mapa colonial referente ao período e as dinâmicas políticas e econômicas é possível perceber a representação do litoral do Maranhão e os pontos estratégicos como fortes, igrejas, trajeto das embarcações, povoações indígenas e de brancos. Os rios com convergência para a baía que cerca a ilha, viabilizava a chegada de mercadorias e prisioneiros para a construção da capital (VIVEIROS,1954).

É importante ressaltar que antes da conquista permanente os territórios em destaque no mapa possuíam uma finalidade ocupacional, no sentido de garantir a posse território; o que havia era práticas de escambos recorrentes entre indígenas e colonos, relação que logo viria a torna-se escravidão indígena (MARCHANT,1943). É no decorrer do processo de ocupação permanente esses vilarejos as margens dos rios passariam a ser não apenas pontos de defesa, mas portal de entrada para o interior.

**Figura 02:** Fragmento do mapa do Maranhão e Grão-Pará



**Fonte:** Google.com/inciclopédia livre/mapa.Maranhão (2021)

Segundo Almeida (2016), os poucos trabalhos existentes sobre a construção e transferência da Vila do Icatu sugerem um abandono total de uma localidade em detrimento de outra em decorrência de circunstâncias já citadas. Contudo, convém inferir que o processo de expansão territorial estava em curso ainda que a passos lentos, mesmo que a produção das lavouras e coleta de alimentos fosse irrisória garantiu a subsistência dos moradores (PRETTO, 2002). A mudança populacional, nem sempre se dava em massa, é provável que permanecesse grupos familiares, religiosos líderes de aldeias para cuidar das plantações e guardar o território, mesmo com pouco auxílio do poder central. A hipótese para esta afirmação deve-se ao fato de que os povoados e Vilas supostamente abandonadas estão mais próximos da capital São Luís do que as novas Instalações. Na pesquisa não tive a cesso ao contingente populacional referente ao período estudado, o primeiro cálculo da população que inclui Icatu segundo Mario Meireles consta nos Anais de Berredo no início do século XVIII que não incluíam os Indígenas cativos, São Luís possuía 854 habitantes, Alcântara 322, Itapecuru 74, Mearim 34, Icatu 54 (MEIRELES, 1960)

No acervo da Biblioteca Digital do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) Projeto Resgate há 73 cartas com verbetes referentes a Vila de Icatu entre o século XVII E XIX, das quais 10 delas referem-se à preocupação do Conselho Ultramarino e oficiais da Câmara e soldados, especialmente a partir de 1739 (AHU\_CU\_009, Cx 25, D 2580) para a mudança pela segunda vez para um lugar mais adequado (AHU\_CU\_009, Cx. 38, D. 3710). O pedido para a autorização é justificado pelo suposto abandono, de falta de assistência administrativa,

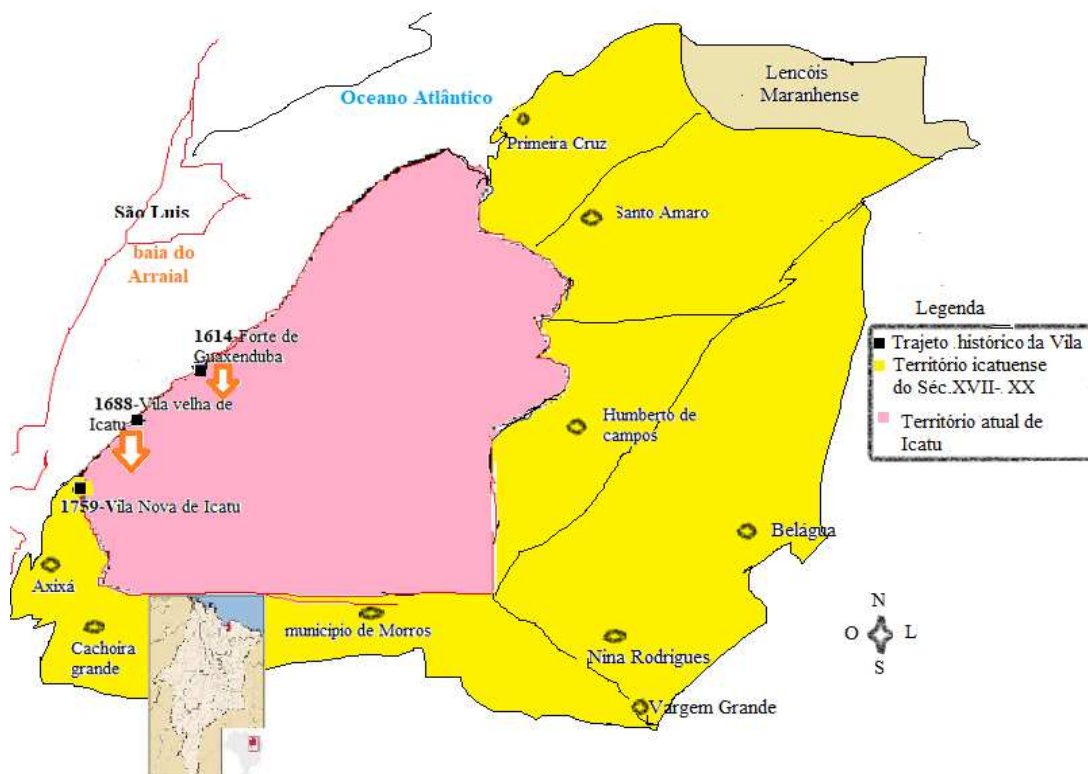
associada aos fortes ataques indígenas e as doenças que afligiam os moradores. A carta dirigida ao rei dizia:

A vila mandada fundar por Sua Majestade, há mais de setenta e tantos anos, se acha de toda extinta de moradores e sua escravatura, pela paragem de ser muito doentia e por essa razão se não animam muitos moradores deste Estado há virem para ela pelo que estavam presenciando na mortandade. Essa ruína pode se remediar mandando SM que a vila se mude para outro lugar vizinho sobre o mar que há muitos suficientes junto a mesma vila, com abundância de pesqueiros para os pobres passarem a vida melhor, sem que esta mudança cause detrimento, por que na dita vila não se acha mais que a igreja matriz coberta de telhado, e tudo dela se pode aproveitar. [...] (MARQUES, 1870, p. 66.)

A mudança da Vila foi autorizada apenas em 1759 pelo então Rei Dom José I, em resposta aos insistentes pedidos dos oficiais e moradores, para a margem direita do rio Munin, onde está situada a atual cidade de Icatu conforme a representação da figura 03.

Cardoso (2001) ressalta que até esse momento Icatu possuía uma vasta extensão territorial, incorporando pelo menos 11 (onze) municípios atuais que foram a partir do século XIX desvinculados da antiga sede, formando municípios independentes, são estes: Vargem Grande (1805), Nina Rodrigues (1833), Humberto de Campos (1859), Morros (1898), Axixá (1917), Urbano Santos (1929), Presidente Juscelino (1964) Primeira Cruz (1947) Cachoeira Grande, Belágua e Santo Amaro (1996).

**Figura 03:** Mapa do trajeto histórico de Icatu



**Fonte:** Google maps. Acesso em: 23/10/2021

## 1.1 A dinâmica da conquista do norte na historiografia

O processo de conquista ocupação e defesa da região Norte no contexto do expansionismo monárquico europeu ainda ocupa o centro das atenções da recente historiografia, cuja pauta principal é compreender o referido e complexo processo dentro de sua própria especificidade entre outras questões. A conquista do Maranhão pelos portugueses ocorreu três décadas e meia após do início da união político-dinástica entre portugueses e espanhóis e, certamente, esse foi um fator decisivo para a maneira como se configurou o processo de ocupação e colonização na região Norte.

O objetivo central da burocracia hispano-lusa era assegurar a posse das imensas regiões de ultramar, nas quatro partes do mundo conhecido, constantemente ameaçadas pelos concorrentes oceânicos: França, Inglaterra e, principalmente, Holanda. No caso do Estado do Brasil essa política iria traduzir-se na criação de novas unidades administrativas que desembocariam na criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará em 1621. No entanto, vale lembrar que bem antes da criação do Estado alguns nomes eram atribuídos ao que viria ser o Estado do Maranhão e Grão-Pará a saber: terra do rio das Amazonas, terra dos tupinambás, terra dos caraíbas entre outras denominações. Tendo como base os estudos “recentes” do historiador Alfrío Cardoso, é mostrado que:

O Maranhão aparece como uma região completamente integrada ao Vice-Reinado do Peru, separada fisicamente do Estado do Brasil. É possível dizer, assim, que o Maranhão era concebido como uma 'entidade geográfica', que fazia parte do império hispano-luso, mas ainda não havia sido dominado militar e politicamente (CARDOSO, 2011, p. 69)

Nas últimas décadas do século XVI, esse território era quase sempre identificado como zona de transição, não era propriamente parte formal do Estado do Brasil, nem ainda Índias de Castela. Mesmo sem definição formal, estamos falando de uma área que corresponderia mais ou menos aos atuais estados brasileiros: Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Tocantins, Piauí, Maranhão e Mato Grosso. O que pode ter determinado a entrada das bandeiras, mamelucos e lusitanos definitivamente nos limites de Tordesilhas fazendo com que a Amazônia fosse incorporada ao domínio português? Gadelha (2002) elenca três possíveis fatores que facilitaram a dinâmica de ocupação e conquista.

[...] a realidade geográfica, expressa no *mito da ilha Brasil* e que diz respeito às raízes geográficas da expansão. [...] segundo fator é, porém, menos conhecido dos historiadores brasileiros. Trata-se do regime dos ventos e das correntes marítimas, essenciais para a compreensão das possibilidades das navegações na época. [...] e o terceiro fator de é de caráter político, [...] pareceu natural ao rei de Espanha entregar aos súditos portugueses a responsabilidade pela vigilância e o controle da vastidão

das terras penetradas pelo grande rio das Amazonas e seus afluentes (GADELHA, 2002, p. 74).

A preocupação da Coroa e colonos na defesa do território, se acentua na primeira década do século XVII, com a implementação da conquista da região norte. A ideia de *Maranhão ibérico e lugar do meio*, conceitos formulados pela Professora Helidacy Maria Muniz Corrêa em sua tese de Doutorado “*Para aumento da conquista e bom governo dos moradores*” merece destaque para a compreensão dessa conjuntura geopolítico a qual a região norte estava inserida em nível global. Algumas razões são chaves para a defesa e ocupação tais como o fato de a região ser considerada um caminho natural que levava ao Peru (Eldorado das Américas), a grande distância do Estado do Maranhão, em relação ao Brasil, a dificuldade na comunicação, o acesso marítimo relativamente rápido à Europa em virtude das correntes marítimas favoráveis “foram fatores que colocaram o Maranhão em canal direto com a Europa, favorecendo os circuito de comunicação entre a Conquista e a península Ibérica” (CORRÊA, 2011, p. 55).

É também fundamental perceber os impactos da União Ibérica para uma complementaridade e integração dos seus domínios em relação ao centro administrativo. Por isso, a autora também enumera outros aspectos definidores da dinâmica da conquista tais como: valorização da comunicação [...] atrelada ao corpo funcional e burocrático, criação do tribunal da Relação do Brasil (1609) com sede em Salvador[...] e a inserção de práticas administrativas complexas (CORREA, 2011, p. 42).

Esta assertiva ajuda a desmistificar uma ideia clássica fortemente difundida sobre a ocupação ibérica motivada apenas pela expulsão de piratas e concorrentes europeus partir de 1612, onde a conquista do Norte seria uma aventura portuguesa (PRADO JÚNIOR, 1971, p. 72)<sup>1</sup>. Pesquisas recentes têm contribuído na compreensão sobre a conquista do Norte e particularmente o episódio de Guaxenduba como desdobramento de um projeto hispano-luso de proteção das fronteiras sua integração comercial geográfica entre a América Portuguesa e as Índias Castelhanas. A ligação direta com a burocracia político-administrativa do Norte tem relação direta com processo de conquista da região, o que pressupõem um projeto permanente e de longo alcance.

Se na perspectiva geopolítica e administrativa há uma relevância historiográfica sobre a dinâmica do Norte da América portuguesa, o fator econômico também merece destaque ao comparar com o estado do Brasil. No século XVII até à metade do XVIII,

---

<sup>1</sup> “Embora sua contribuição seja imprescindível para a história econômica do Brasil, questões particulares sobre a economia local deixou de ser aprofundada”.



enquanto os portos do Rio de Janeiro, Bahia e até Pernambuco eram integrados ao comércio Atlântico com intensos fluxos pela demanda do açúcar, seja por sediar a capital do Brasil (Porto de Salvador) ou por estímulo do poder régio como era o caso de Pernambuco (ALENCASTRO, 2000)

Convém destacar que o caso de São Luís se particulariza por atender outras demandas de interesse régio, a integração da economia Amazônica à metrópole estava condicionada ao mercado africano e internamente ligado à Amazônia através das bacias fluviais seja na coleta das chamadas drogas do sertão, seja em busca de índios para o trabalho compulsório nos canaviais de Pernambuco (CORRÊA, 2011). Ainda, de acordo com a autora, o historiador, Rafael Chamboleyron, em sua tese sobre a “*dinâmica interna do Estado do Maranhão e Grão-Pará no século XVII até meados do XVIII*” explica que o aparente isolamento do Maranhão no século XVII permite entender a região a partir de uma lógica interna de ocupação e colonização que não está ligada aos circuitos imperiais do Atlântico Sul, mas algumas regiões do “Atlântico Norte (CHAMBOLEYRON, 2010).

Francisco de Assis Costa (2012) denuncia que a historiografia brasileira clássica supõe uma oposição entre um projeto colonial agrícola e a ocorrência de situações concretas de economias extrativistas: “na Amazônia, um longo período de escassez de recursos teria conformado o *ciclo da economia extrativista* na região” até a intervenção pombalina (COSTA, 2012, p. 1). As reuniões destas abordagens visam de certo modo, contribuir para a construção de perspectivas da economia colonial amazônica que, valorize as relações entre as condições internas e externas bem como o peso da dependência do passado na observação de sua trajetória e de seu movimento.

A preocupação com a economia por parte da Coroa nas regiões Norte, como foi o caso de Icatu no contexto da conquista, está ligada diretamente à agricultura seja de subsistência, seja na coleta, no entanto é preciso perceber que o aproveitamento e ocupação do espaço constitui-se de uma política de governo ampla que é a concessão de sesmarias e consequentemente consolidação do avanço da conquista, que por sua vez se amoldava de acordo com as peculiaridades de cada domínio.

Portanto, não busco nesta análise rejeitar a relevância de elementos comuns que atravessaram todo o processo de “conquista(s)” da América portuguesa como: a sua dinâmica política e social do Antigo Regime e a escravidão, fenômeno comum em todas as paragens de alcance luso por exemplo. Contudo, é meu intuito investir em uma releitura mais específica, mais regional e local, e nem por isso deixará de ser menos global, menos conectada e de menor relevância. Ademais, o processo de interiorização através das bacias fluviais, como

ocorreu na região Norte, possibilitou a edificação de aldeias, e essa particularidade viabilizou sobremaneira as construções de vilas como foi o caso de Icatu que se tornou parte de uma política global de conquista ocupação e exploração de seu território.

## 1.2 A conquista do território icatuense

A batalha militar ocorrida entre franceses e portugueses em novembro de 1614, marcou não apenas a consolidação do domínio ibérico, mas o início da história da atual cidade de Icatu. A maioria das narrativas disponíveis sobre a conquista sugerem à primeira vista um acérrimo antagonismo entre franceses (invasores) e portugueses protegendo “suas possessões” e uma expulsão rápida depois de vencer uma batalha providencial. Ainda que a narrativa legitime a origem da história de um determinado lugar como é o caso em questão, é necessário analisá-la sob a ótica da abordagem crítica, portanto, questões centrais sobre a batalha e a conquista de Guaxenduba deverão ser colocadas neste texto tendo como base pesquisa recentes.

A dinâmica da conquista região Norte também pode ser detectada na forma que a batalha se desenrolou e como terminou. Quais elementos favoreceram a vitória das tropas portuguesa que estavam supostamente estavam em desvantagem numérica e bélica? Qual o significado das trocas de correspondências entre os líderes (Jerônimo de Albuquerque e La Ravardière) das respectivas armadas inimigas? Entre a batalha militar ocorrida em 19 de novembro de 1614 e rendição definitiva em novembro de 1615 há um intervalo de quase um ano, o que essa permanência sugere? E quais foram as implicações para à Vila?

Parte da historiografia redimensionou o confronto entre lusos e franceses, exagerando alguns aspectos da presença dos vassalos de Luís XIII na ilha de São Luís, sobretudo no que concerne a sua estrutura militar e a sua organização logística<sup>2</sup>. Por volta de outubro de 1612 Filipe III da Espanha, que também governava Portugal, já tinha informações concretas sobre as pretensões francesas (VARNHAGEN, 1878, p. 326). A embaixada espanhola na França além de informar também motivava o Rei a solucionar os problemas gerados pela ocupação francesa. Os interesses dos soberanos e conselheiros estavam sendo mobilizados para a conquista militar que teve apoio determinante de agentes locais com participação de portugueses de diferentes regiões, indígenas de diversas nações e inclusive espanhóis. Essa releitura certamente mudou a compreensão sobre uma suposta “eventualidade

---

<sup>2</sup> Sobre o projeto francês conhecido mais tarde como França Equinocial, ver: DAHER (2007); LACROIX (2002); MEIRELES (1960); PIANZOLA (1992); FORNEROD (2001).

ou casualidade” concernente ao “encontro” entre os vários agentes na conquista de Icatu que marcaria temporalmente o domínio luso-espanhol no Maranhão.

Já foi dito que a batalha entre as duas monarquias rivais não foi um episódio casual, no entanto, se houve algum indício de improvisação como descreve Alírio Cardoso sobre a conquista militar portuguesa, foi no quesito escassez de suprimentos, que no início da jornada não havia quantidades suficientes de alimentos como: “Farinha de mandioca, carne e azeite, nem tinha cirurgião-barbeiro a bordo, além de contar com poucos soldados portugueses”. *Aliás, foi pela falta de recursos apropriados que a jornada do Maranhão ganhou o título de “milagrosa”* (CARDOSO, 2013, p. 153-154). A escolha de Jeronimo de Albuquerque para liderar a armada “milagrosa” é entendida pela recente análise como acertada em função do conhecimento da estratégia de guerrear indígena e pela fluência nas línguas destes e por isso, o sucesso ibérico da conquista de Guaxenduba deve ser entendida em primeiro lugar, pela participação indígena.

Tupinambás e Tupiniquins e tapuias tabajaras passam a exercer uma função central na dinâmica da guerra, tanto pela rivalidade preexistente entre eles embora a motivação do conflito não fosse a mesma dos europeus, seja na liderança de pequenas escaramuças e emboscadas, sejam na condução das trocas de cartas entre líderes franceses e portugueses e, principalmente, na batalha corpo a corpo, foram os nativos que exerceram uma função protagonista no sentido de dar rumo ao conflito armado (FERNANDES, 1949).

Em segundo lugar, a adesão de particulares que embarcaram em Pernambuco por sua própria conta imbuídos pela promessa de recompensas pelos serviços prestados, estratégia recorrente no processo da conquista, embora haja indícios de pagamentos aos oficiais nas primeiras expedições de conquista<sup>3</sup>. Na última hora, graças a uma carga que chegou ao Recife, proveniente do Rio de Janeiro, a jornada acrescentou aos seus empreendimentos mais 6 mil alqueires de farinha, 100 arrobas de peixe, 20 quintais de pólvora, quantidade de arcabuzes, mosquetes, chumbo e morrão (CARDOSO, 20013).

No tocante à batalha armada, não há consenso nas fontes bibliográficas acerca do número exato de combatentes nativos especificamente envolvidos nesta batalha, ocorrida em 19 de novembro de 1614 em terras hoje icatuense; apesar disso, as cifras apresentadas são bastante aproximadas entre si variando sempre entre 1500 a 2500 índios partidários dos franceses contra cerca de 200 índios aliados dos hispano-lusos. Mas há consenso sobre

---

<sup>3</sup> MARQUES (1870); CORRÊA (2011, p. 74) - (Essa abordagem encontra-se no sub item “conquista e conquistadores”)

embate que durou quase seis horas de batalhas, “*desde as dez horas da manhã, até perto das quatro da tarde[...]*” (BERREDO, 1988, p. 92).

Certamente foi sangrenta como é de se esperar de um conflito armado, entretanto, o fato que mais chama atenção nas fontes disponíveis sobre a conquista de Guaxenduba e o forte de São Luís, não é a violência desenfreada, ou as grandes batalhas entre portugueses e franceses, mas sim os acordos que tiveram lugar nos meses que durou o conflito. Após o conflito enquanto oficiais de ambos os lados esperavam respostas dos seus respectivos monarcas acerca do conflito, depois de várias trocas de correspondências entre os principais oficiais do conflito, um acordo de trégua foi feito cujo teor estabelecia a libertação imediata dos prisioneiros, incluindo os combatentes indígenas, e também a livre circulação de franceses e portugueses entre ambos acampamentos (BERREDO, 1988, p. 99-100).

Para alguns historiadores as trocas de correspondências apontam para fatores que determinaram o desfecho da guerra em Guaxenduba, um deles seria uma negociata política nos bastidores do poder protagonizado pelo então governador do Brasil Gaspar de Sousa associado ao suposto desinteresse da coroa em prosseguir a empreitada colonizadora francesa convergindo para uma suposta traição de La Ravardière que em troca de dinheiro e alguns privilégios comerciais teria facilitado a conquista portuguesa (FERREIRA, 1957).

Outra explicação seria a inadequação das formas europeias de guerra utilizadas pelos franceses ( com as regras de guerras em Flandres) em contraste com o tipo de “guerra do Brasil de Jerônimo de Albuquerque e seus comandados, associado à outro fator importante e decisivo o desconhecimento francês da dinâmica da maré Maranhense na praia de Guaxenduba, que durante a batalha baixou de tal forma que embarcações francesas encalharam na lama possibilitando o ataque português (LACROIX, 2006; MORENO, 2002). Esta perspectiva amplia a visão histórica sobre a conquista lusa em terras maranhense.

Depois da batalha, em 27 de novembro de 1614 oito dias depois do confronto as trocas de cartas, que a princípio possuía um teor ríspido, mas depois, assumiu um tom cordial. Nesse ínterim foi efetuada compra de navios por parte dos portugueses; La Ravardière cogitava a possibilidade de indenização pelos empreendimentos feitos na construção de fortes (FORNEROD, 2001). Na ocasião, os franceses estavam abastecidos de diversos produtos, incluindo madeira, especiarias, armas e munições; somente mais tarde com a formalidade oportuna o forte seria entregue aos militares portugueses.

A iniciativa diplomática não tirou de cena a atuação militar. No início de 1615 chegaram reforços enviados pelo governador do Brasil, Gaspar de Sousa, da Bahia e de Pernambuco, comandados pelo capitão Francisco Caldeira Castelo Branco. Estes homens

deveriam integrar a frota de sete navios e cerca de 600 soldados que saídos de Olinda chegaram a São Luís em novembro de 1615, capitaneados por Alexandre de Moura (BERREDO, 1988, p. 101-112), dando fim ao empreendimento francês em terras portuguesas e iniciando a história da cidade de Icatu paralela à de São Luís cuja dinâmica estiveram entrelaçadas.

### 1.3 Memórias da conquista

Embora não haja alusão ao aspecto mítico e lendário pelo próprio Diogo de Campo em seu Livro *Jornada do Maranhão* escrito em 1614, no calor da batalha, “o milagre de Santa Maria” tornou-se a narrativa mais popularizada desse momento histórico o que sugere que o “milagre” foi um construto de percurso histórico.

A construção da lenda ainda hoje para o imaginário popular icatuense continua sendo um fator perpetuador de uma memória. Essa permanência pode ser explicada pela forte atuação do catolicismo, religião oficial do Império português, e pela oralidade passada ao longo dos séculos subsequentes à batalha. Esse conjunto de elementos ajuda a formar a memória coletiva de um determinado povo. As lendas, de maneira geral, são narrativas literárias que fogem à compreensão racional, mas, ainda assim, não deixam de ser uma fonte ao pesquisador. Isso se dá, por elas estarem permeadas de questões político-sociais próprias à sua temporalidade e historicidades; ademais, as lendas expõem os anseios e angústias do homem, seu saber e tentativas de explicar a realidade.

A narrativa da predestinação da vitória portuguesa passou a repercutir no imaginário popular com mais força a partir do século XIX, momento de forte disputa pela busca de uma legitimidade fundacional e identitária portuguesa ou francesa nos meandros literários<sup>4</sup> mas que de algum modo alcançou o público leigo.

A perpetuação do “milagre” no imaginário popular privilegiou os portugueses que diante de uma aparente impossibilidade de vitória foram, providencialmente, vencedores, mas o discurso miraculoso, deve ser entendido como pano de fundo visando desmistificar e suplantar a fundação francesa (LACROIX, 2002, p. 120). Mesmo que a narrativa do milagre fuja ao rigor da ciência histórica e sua lógica explicativa, ela possui seu espaço quando esta se relaciona a aspectos memoráveis de acontecimentos passados, e compreendo que ela

---

<sup>4</sup> MEIRELES (1960, p. 24); BETENDORFF (1910, p. 9). Severiano de Azevedo 1844-1866. Poeta icatuense e professor público, elogiado por Francisco Sotero dos Reis por seus poemas metrificadas, harmoniosos e pureza de linguagem. (MARQUES, 1870). Publicou vários poemas sobre a batalha, a lenda e sobre os indígenas.

(narrativa) não deve ser apagada em detrimento de um modelo puramente racionalizado. Em suma as duas visões podem coabitarem desde que conheçam seus limites.

Além de explicar e organizar, mitos e lendas possuem capacidade de compensar. Chauí (2000, p. 162) explica que, “a lenda conta algo que aconteceu, mas, que serve tanto para compensar os humanos por alguma perda como para garantir-lhes que erro do passado sejam corrigidos, oferecendo uma visão estabilizada da natureza e do meio que cerca”.

A memória que foi sendo impressa ao longo do tempo sobre o triunfo de Guaxenduba, dependeu da relação entre o racional e o inexplicável. Em trabalho recente, o pesquisador Costa Junior (2021) faz uma profunda abordagem crítica e conceitual sobre as principais lendas e mitos presentes na história do Estado do Maranhão. Para ele, “*O próprio pensamento acadêmico revê seus postulados quanto ao lugar do mito, das lendas e suas variâncias, sobretudo o que a racionalidade empiricista sequer consegue tocar.*” Tais construções escritas ou orais são práticas “*frequentes desde a Idade Média*”, e ao escrever sobre o *Milagre de Guaxenduba* no contexto da expulsão francesa, e o milagre de São João Batista no contexto da expulsão holandesa, ele afirma “*É patente, além do nacionalismo lusitano um discurso ideológico religioso nessa lenda*” (COSTA JUNIOR, 2021, p. 5).

Mesmo em sociedade contemporâneas e informatizada como a que vivemos, marcada pelo pensamento científico, ainda é possível ouvir diversas histórias em rodas de conversas sobre passado causando, pânticos risos, devoção, mas também comunicando o cotidiano do povo, essa prática, ocorre com mais frequência em comunidades afastadas de suas sedes.

Em Santa Maria povoado litorâneo onde ocorreu a batalha em 1614, hoje reconhecida como comunidade quilombola, segundo a oralidade local havia uma grande pedra com um rastro de pé cravado nela. Para os moradores locais essa seria a prova da presença providencial de Nossa Senhora como lembrança do milagre de Guaxenduba e devotos ainda buscavam fragmentos da pedra para curar doenças, além de fazerem promessas e devoções. Promover uma relação entre o mistério e o empírico talvez seja uma das chaves pra a manutenção de uma identidade coletiva de um determinado grupo social, e história enquanto ciência do homem no tempo, carrega essa responsabilidade (ALMEIDA, 2016).

A produção de uma identidade estimulada pelo ensino de História é um outro aspecto que está implícito nesta pesquisa, para isso é preciso retomar questões importantes como qual História ensinar? Por onde começar? A partir de quais elementos começar? A mediação do conhecimento e as práticas da memória serão acessadas através de uma narrativa lida, ouvida e contada na escola, na esfera familiar, nas comemorações etc. A partir de então

as “*lendas passam a ser parte indissociável do patrimônio histórico local*” (LEMOS, 2006, p. 56).

## CAPÍTULO 2: ICATU E A CARTOGRAFIA HISTÓRICA DA CIDADE

Neste capítulo, será feita abordagem histórica e cartográfica sobre a cidade de Icatu com destaque para alguns povoados de relevância histórica que remetem a construção de sua memória e constituição de sua identidade.

A cidade de Icatu como se conhece hoje, foi um desdobramento da terceira mudança espacial que ocorreu ao longo de sua história como foi abordado no primeiro capítulo. A partir de 1759, ainda com a denominação de Vila foram construídos: prédio da Câmara, reconstruídas a fábrica do engenho (responsável pelo corte de madeira e confecção de móveis para o monopólio régio) e a construção da igreja matriz, Nossa Senhora da Conceição.

Também foram construídas ruas planejadas que ainda hoje obedecem ao formato original com cinco ruas estreitas e paralelas cortadas por seis transversais formando um quadrilátero uniforme. Esse traçado planejado se assemelha com a primeira planta de São Luís elaborado pelo engenheiro Francisco Frias, que também desenhou o forte de Santa Maria. É depois de Alcântara a mais antiga de todas as províncias do Maranhão. (MARQUES, 1870, p. 617)

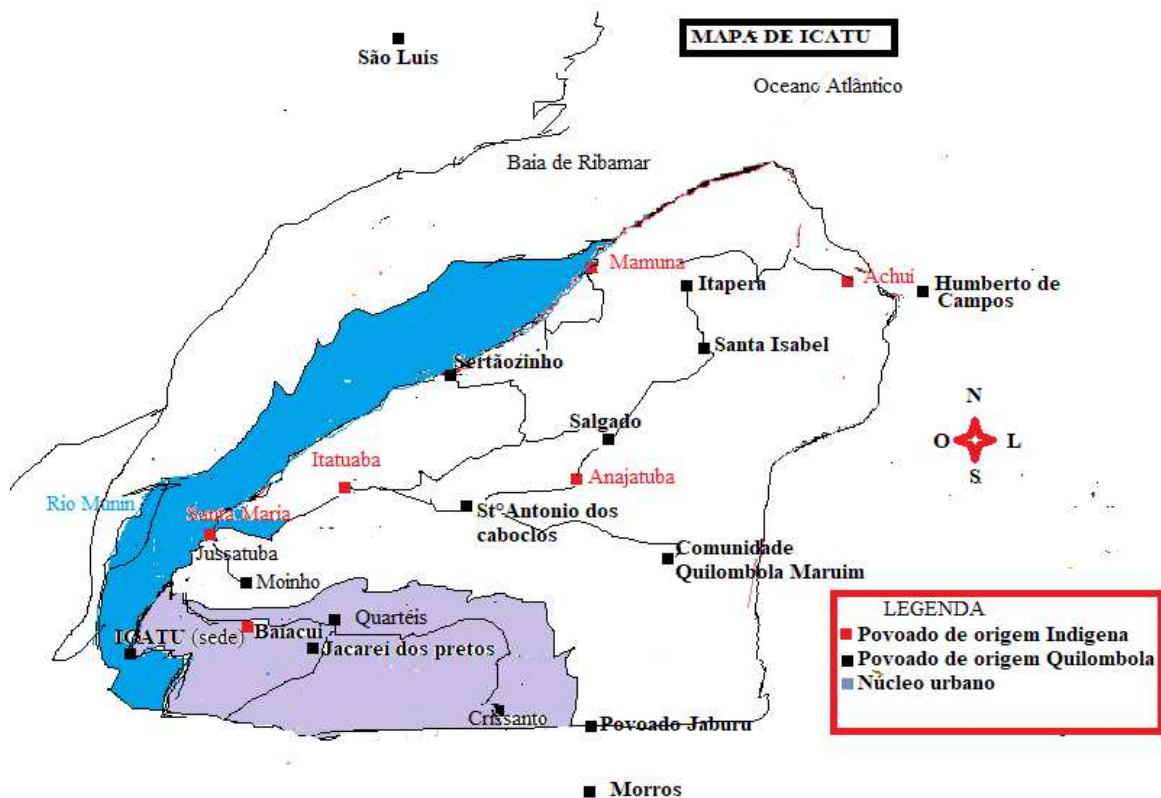
A prosperidade que a cidade experimentou teve a ver com a dinâmica econômica que o Estado atravessou em âmbito global. O porto de Icatu até meados do século XVIII ajudou a dinamizar a economia do Estado pois servia de parada obrigatória de canoas a pescadores de transporte de mercadorias para a capital e para o afluente do Iguará.

De Icatu era extraído óleo de andiroba, servindo de combustível para as luminárias dos domicílios, óleo de mamona com alto valor fitoterápico, fabricava-se cachaça, tiquira, sal marinho e bastante farinha de mandioca, tapioca, gergelim, café e feijão. Entre 1852 e 1855 houve uma considerável quantidade de transporte de produtos de primeira necessidade para a capital que por sua vez abastecia Portugal e o mercado externo, mas alcançou seu auge em 1869 quando enviou mais de cinco milhões de réis em mercadoria para São Luís (MARQUES, 1870, p. 619).

Quanto ao aspecto arquitetônico apesar de não haver uma política local de preservação, os prédios: da igreja matriz, casa da Câmara e o casarão onde funciona a atual secretaria de Educação do município ainda possui alguns traços da construção colonial todos estes prédios todos estão localizados na praça central da cidade. Na figura 04 seguir destaco algumas povoações localizadas na região rural da cidade, a maioria por sinal, e também na sede destaco a sua origem indígena e quilombola.



**Figura 04:** Representação cartográfica quilombola e indígena de Icatu



Fonte: Google Maps. Acesso em 23/10/2021

De acordo com o mapa, em Santa Maria temos o ponto de partida para o processo de formação da cidade de Icatu. É o único povoado que ainda possui traços indígenas no seu aspecto étnico, embora força predominante seja a mestiça. No século XVII, no início do processo de povoação houve uma campanha pelos camaristas de São Luís pedindo ao Rei que autorização para “distribuição de índios e negros para famílias dos colonos a fim de povoar a Vila”. Quando houve a mudança populacional para a vila velha, alguns grupos continuaram a viver em Santa Maria, e a comunidade remanescente naquele lugar subsistiram ação do tempo e do descaso do poder público (MARTINS,2005, Ficha Cartográfica do Maranhão-MINC-IPHAN-MA/PI)

Atualmente em Santa Maria um centro quilombola em reconhecimento pela importância que carrega, contudo, segundo seus representantes falta uma assistência financeira que preserve os valores da comunidade. Em depoimento dona Catarina uma das integrantes da comunidade afirmou “*que nem local para as reuniões a comunidade possui.*” ao indagar sobre o antigo forte, os moradores mais antigos afirmam que não há mais

vestígios. Segundo a informações locais até por volta de 1997 e 2000, na segunda gestão do prefeito José Maria Oliveira Matos ainda havia umas ruínas de pedra que foram demolidas sob o pretexto de construção de um memorial, entretanto, tal promessa nunca foi cumprida.

**Foto 01:** Praia de Santa Maria Icatu - MA



**Fonte:** Arquivo do autor

Situada a 25 quilometro da sede (Icatu) Santa Maria, localiza-se defronte da cidade de São José de Ribamar separada pela baía do mesmo nome, a travessia a barco pequeno equivale a uma hora. A economia local gira em torno da pesca e da lavoura; embora sua praia seja um apelo para o turismo local, há uma grande dificuldade de acesso por parte da maioria dos moradores mais distantes e turistas, pois as estradas precárias dificultam e às vezes inviabilizam o acesso.

Outro lugar de ocupação é Mamuna que a linguagem indígena significa Lugar cercado de Pântanos negros atualmente é um igarapé e povoado situado a mais de setenta quilômetros de Icatu com uma população de aproximadamente de 1000 habitantes. (ALMEIDA, 2016, p. 346). A base da economia local é a pesca artesanal, e lavoura de mandioca, segundo os moradores mais antigos havia uma considerável produção de sal em seu litoral. Atualmente há uma irrisória movimentação do comércio nesse povoado que devido à distância da sua sede, comercializa com a cidade de São José de Ribamar por via marítima, tendo o porto extrema importância para os moradores.

**Foto 02:** Porto do Mamuna



**Fonte:** Arquivo do Autor

No início do século XVII, quando a armada milagrosa se aproximava da praia de Santa Maria, a frota de Diogo de Campo Moreno desembarcou na praia chamada Mamuna afim de encontrar água (VARNHAGEM,1878). Aqui temos a primeira referência e este povoado que no decorrer do processo de colonização esta porção de terra foi concedida em 1785, pela então Rainha D. Maria I regente do reino de Portugal Brasil e Algarves a um oficial do governo que passou a liderar aquela povoação (AHU\_ACL\_CU\_009 CX.66, D.5808).

Os traços fisionômicos e étnicos da População que prevaleceram foram os negros e pardos em decorrência da miscigenação entre europeus índios e negros.

**Foto 03:** Imagem aérea do povoado Itatuaba



**Fonte:** Disponível em [www.google.search+itatuaba=Icatu.imagens](http://www.google.search+itatuaba=Icatu.imagens). Acesso em: 28/12/21

Itatuaba é o maior povoado em contingente populacional de Icatu, com aproximadamente 2.000 (dois mil) habitantes. Está situado às margens do rio como o mesmo nome, e sua origem está relacionada à variação toponímica de uma planta muito abundante no período colonial chamada de Tatuaba. (MEIRELES, 1960), hoje denominada catuaba. Com fortes propriedades medicinais<sup>5</sup> a mudança para o nome Itatuba se deu depois de um plebiscito sobre a manutenção ou não do nome original, prevalecendo o nome de Itatuaba (ALMEIDA, 2016).

O processo de devassamento e ocupação de suas terras ajudou a ampliar o domínio português a partir do século XVII, isso se dava pela exploração da madeira e as drogas do sertão. Dividida pela baía de São José da capital do Estado à oeste, Itatuaba situa-se a 25 km da sua sede. A principal renda do povoado advém do comércio, agricultura familiar de subsistência e pesca artesanal. Um novo segmento econômico que já é estudado no povoado, é o turismo cultural sustentável cuja perspectiva se fundamenta na preservação do

---

<sup>5</sup> O nome da planta sofreu variação toponímica que originou o nome do povoado estava entre as drogas do sertão assim como o tabaco a pimenta, o urucum etc.

meio ambiente, na valorização das festividades local e a contribuição econômica afim de melhorar a qualidade de vida dos moradores (CONCEIÇÃO, 2005, p. 113).

**Foto 04:** Porto do Sertãozinho



Fonte: Arquivo do Autor

Com aproximadamente 1.200 habitantes, Sertãozinho concentra a maior atividade pesqueira do município depois da sede. Além do espinhel os pescadores cultivam a pesca milenar de curral que juntamente com o cultivo da monocultura da mandioca, representa o sustentáculo econômico e da subsistência das famílias locais

A partir de 2012 começou a receber por parte do governo<sup>6</sup> com o apoio do município ações de interação família-escola-comunidade. Da região litorânea é único povoado que não possui um rio próximo aos seus moradores o que segundo a explicação popular a originou o seu nome neste caso, o nome tem a ver com o lugar seco ou com pouca presença de rio.

---

<sup>6</sup>MEC (14 de novembro de 2012). Povoados de Icatu (MA) recebem ações de incentivo à interação família-escola-comunidade». Consultado em 18 de novembro de 2014. Cópia arquivada em 18 de novembro de 2014. Disponível em: <http://familiaeducadora.blogspot.com/2012/11/povoados-de-icatu-ma-recebem-acoes-de.html>. Acesso em: 23/09/21

**Foto 05:** Rua principal do povoado Salgado



**Fonte:** Arquivo do Autor

Segundo o historiador icatuense José Almeida o povoado Salgado surgiu no século XIX com a chegada de vários colonos dentre os principais o português Antônio Salgado que na procura por um rio de água potável encontrou à seis quilômetros do rio Anajatuba e também um porto ideal para as instalações das embarcações, fixou-se no lugar que ganhou seu sobrenome. Com aproximadamente 500 (quinhentas) residências é um dos principais povoados do município (ALMEIDA 2016).

## **2.1 A toponímia da cidade e a história indígena**

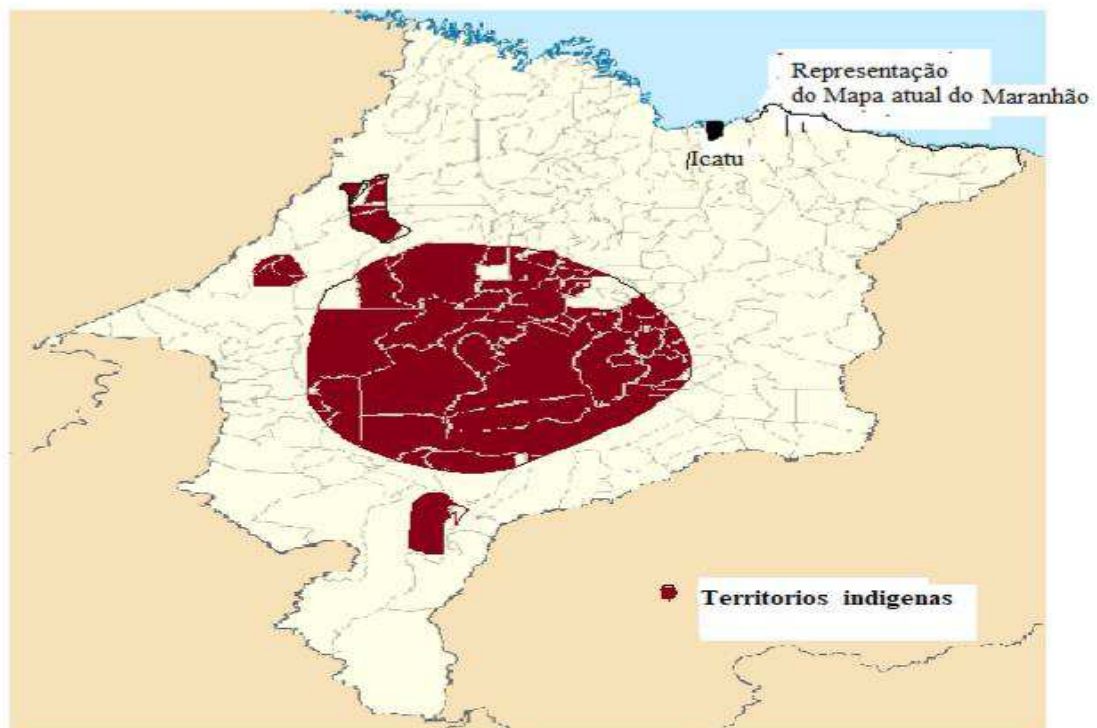
Os indígenas desempenharam um papel preponderante antes e durante o projeto colonizador, mesmo quando os europeus só praticavam escambo, nas construções das feitorias e fortes, e no reconhecimento do território para suas instalações. É importante destacar a atuação dos nativos na construção da História da Vila de Icatu mesmo diante de um desafio teórico-metodológico: a escassez documental e bibliográfica sobre a cidade.

No contexto bélico entre franceses e portugueses deflagrada na praia de Santa Maria em novembro de 1614, Tupinambás e Tupiniquins e Tapuias passam a exercer uma função central na dinâmica da guerra, seja pela rivalidade preexistente entre eles, embora a motivação do conflito não fosse a mesma dos europeus, seja na liderança de pequenas escaramuças e emboscadas, na na condução das trocas de cartas entre líderes franceses e portugueses, na aquisição das armas, e estratégias de guerra, e a capacidade diplomática entre caciques e colonos e principalmente na batalha corpo a corpo como ocorreu em Santa Maria

em 1614, os nativos exerceram uma função protagonista no sentido de dar rumo ao conflito armado (FERNANDES, 1949).

A política colonial portuguesa que polarizava a população indígena entre aliados e inimigos agia de acordo com essa avaliação. A região do Munin de maneira geral foi palco de fortes embates entre indígenas de varia etnias e moradores (AHU\_CU\_CX 9 D.969). A violência recíproca culminou com o extermínio de algumas populações autóctones no litoral, o que ajuda a explicar a escassez de descendentes nativos na atual região pesquisada. Os que não foram mortos pela ação do processo colonizador, foram gradualmente empurrados para o interior do estado onde predominam os grandes grupos remanescentes dos nativos, que onde ainda lutam por suas terras e melhores condições de vida (MÉRCIO, 2003, p. 78). Atualmente o estado do Maranhão possui sete etnias indígenas vivendo em terras maranhenses distribuídas em 31 municípios (O IMPARCIAL,2019) todos estes no centro do Estado conforme a representação da figura do mapa a seguir.

Figura 05: Mapa do Maranhão/território indígena



Fonte: [https://Brazil\\_Maranhao\\_location\\_map.svg](https://Brazil_Maranhao_location_map.svg) .

Os nomes de lugares não podem ser vistos apenas como elemento individualizador e identificador das características de uma localidade ou apenas como delimitador de espaços, isso acontece porque há uma relação entre fatores linguísticos

sociocultural e histórico. Em Icatu, a influência indígena na que prevaleceu com maior força é vista na toponímia histórica da cidade, principalmente em lugares e em uso de objetos e acessórios em regiões interioranas do município (CARRETER, 1990). A começar pelo nome da referida cidade cuja origem etimológica deriva derivado da variação toponímica Uaucatan, Eucatou e Hycatu.”*um dos poucos topônimos remanescentes na geografia maranhense ,deriva seu tnome de Y= água, catu = boa* (D’ABEVILLE, 1864, p. 144), é referente a uma das vinte e sete aldeias dos tupinambás da ilha de São Luís do Maranhão chama de “Fontes Boas” (VARNHAGEM, 1878).

Outra herança toponímica importante refere-se ao nome atribuído à batalha que se deu na praia, local com abundância de Guaxima (*Talipariti tiliaceum*)<sup>7</sup> da família das malváceas, arbusto de folhas redondas cujas fibras serviam para os indígenas confeccionar acessórios como cordas e roupas, redes dentre outros utensílios. Conhecida popularmente nesse povoado como embira do mangue, moradores do quilombo Santa Maria preservam à margem da praia a planta para extração de suas fibras para confeccionar roupas aos brincantes no festejo anual da comunidade (ESTEVEVES,2015).

Guaxima é uma palavra de origem tupi com variação toponímica e equivale *gua = ybo* (planta) + *cim* (mucilaginoso) + *nauba = duba* que significa muito[abundante], cheio de... portanto, a junção da palavra guaxima + duba = Guaxenduba, cuja tradução significa lugar de muita guaxima (BRAGANÇA FILHO, 1999). O nome da batalha remete à abundante quantidade da referida planta que havia na época do confronto militar entre franceses e portugueses na praia de Santa Maria em Icatu .

**Foto 06:** Planta guaxima na praia de Santa Maria-Icatu



**Fonte:** Arquivo do Autor

<sup>7</sup> Botânica, também chamada de algodoeira da praia, usada para ornamentar por possuir flores atraentes.



Outra herança linguística se refere ao principal Rio da região: Munin cuja origem tupi, da variação toponímica *monhi*, *monhim*, *monim*, significa rio enrugado, encrespado e eriçado de pedras (ALMEIDA, 2016). Além do legado linguístico, há os vestígios matéris presente no cotidiano dos quilombolas como mostra a foto (02). Refere-se a uma *Camboa* que são estruturas de pedra existentes em várias partes litorânea do Brasil.

No Maranhão, elas são referenciadas desde os cronistas (D'ABBEVILLE 1632) franceses do século XVII, e consistem em estruturas de pedra localizadas em diversos pontos do litoral, cuja função seria a de capturar, aprisionar e até mesmo criar peixes e outros animais aquáticos utilizando o ciclo e as dinâmicas das marés. Atualmente, a pesca mais frequente nas comunidades quilombolas do litoral de Icatu, é a pesca de jiquí, munzuá e curral invenção indígena que foi sendo assimilada por colonos europeus

**Foto 07:** Vestígio de uma Cambôa indígena na Paria de Mamuna



**Fonte:** Arquivo do Autor

Outra manifestação da permanência dos nativos é a roça de coivara<sup>8</sup> é uma técnica de preparo da terra para o plantio. Ela consiste em cortar e queimar a vegetação de um terreno para limpá-lo e adubá-lo com as cinzas. Ainda que seu uso seja rudimentar por ser pouco dispendioso é o método mais utilizado na agricultura de subsistência, por pequenos proprietários de terra ou em áreas de plantio comunal como os quilombos.

<sup>8</sup> Coivara é uma palavra de origem indígena tupi. Nessa língua, *koybara* significa “pegar paus de roça”. Disponível em: [https://www.suapesquisa.com/respostas\\_geografia/coivara.html](https://www.suapesquisa.com/respostas_geografia/coivara.html)

**Foto 08:** Roça de coivara no povoado Salgado



Fonte: arquivo do autor

## 2.2 A toponímia da cidade e a escravização africana

A escravização negra urbana na sede de Icatu foi relativamente diferente, consistindo essencialmente de mulheres mucamas<sup>9</sup> para o serviço doméstico de alguns funcionários públicos e comerciantes. A grande parte concentrou-se na zona rural em pequenos centros de lavoura chamados de fazenda. Delas muitos escravizados desertavam, para as mata e sítios chamados mocambos ou ainda quilombos e seus habitantes eram denominados calhabolas, mocambeiros e quilombolas. (SOUSA, 2007, p. 98.)

Atualmente, a maioria dos afrodescendentes de Icatu é de remanescentes quilombolas, oriundo dessas fazendas, concentrados nos seguintes povoados: Jacaré dos Pretos, Moinho, Boca da Mata, Bom Passar, Batalha, Santa Maria, Olho D'Água, Axixá, Ananás, Santo Antônio dos Caboclos, Rio Manajuí, Papagaio, Jurupary, Bom Sucesso, Tapera de Apolônio, Centro Velho, São Paulo, Estirão, Armazém, Maruim, Boqueirão, Bebedouro, Timbotúua, Outeiro, Timbó, Quartéis, Mata Funda e Quilombo. A Vila de Itapera e o bairro Baiacui, também têm muitas famílias de etnia negra (GONÇALVES; CANTANHEDE, 2015).

Não será possível no âmbito trabalho falar de todos povoados quilombolas de Icatu, certamente obteria muitas informações e que demandaria mais tempo, seria necessária uma pesquisa à parte para mapear todas comunidades existente na região, contudo essa possibilidade não está descartada e será um desafio para ser superado em trabalho acadêmico mais adiante. por agora me limitarei a fazer uma breve apresentação de alguns povoados.

<sup>9</sup> S. f. Escrava preta de estimação que tomava conta do serviço caseiro, ou acompanhava a ama ou pessoa da família.

**Foto 09:** Casa (de barro e palha) quilombola em Jacareí dos Pretos



**Fonte:** Arquivo do Autor

Jacareí dos pretos, localiza-se a pouco mais de quatro quilômetros da sede nas terras de Tajabaquara lugar que englobava seis localidades a saber: Jacareí, cachoeirinha, Tapirí, Barro Branco São Nicolau e Alagado. Por volta de 1875 e 1878, essa ampla porção de terra atribuída ao casal de portugueses: Antônio Tavares Gomes e Josefa vale esteve sob seus domínios até a sua morte, impossibilitados de ter filhos, o casal registrou os primeiros negros comprados como seus filhos e conseqüentemente tornaram-se herdeiros das referidas terras, *a partir de então essa localidade se configurou como um povoado de Pretos livres* (GONÇALVES; CANTANHEDE, 2015, p. 15).

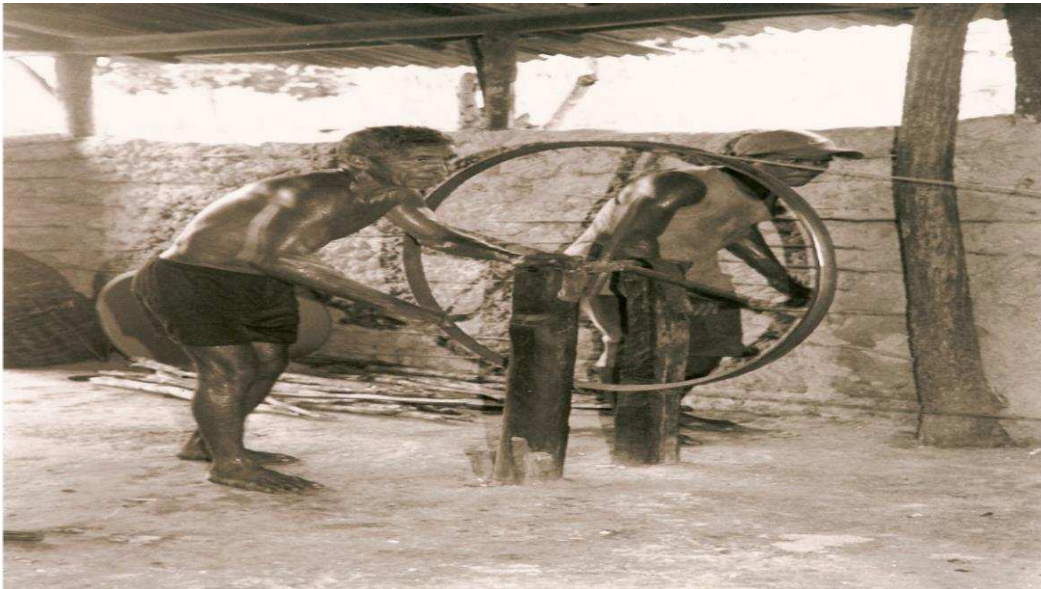
Vale ressaltar que, essa era uma forma pouco comum de aquisição de terra ainda por parte dos escravizados, a forma mais recorrente para os negros obterem terras era por meio de quilombo resultante das várias formas de resistência que o sistema escravista impunha.

A Fundação Cultural Palmares no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 1º da lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1998 referentes a povos indígenas e tribais lançou no diário oficial da união em 2010, O registrou e reconhecimento da comunidade de Jacareí localizado no município de Icatu/MA, oficializado no livro de cadastro nº012. Registro 1.284 fl. 99.

Ao refletir sobre os debates e alcance das políticas públicas nessa região, líderes comunitários promovem encontros semanais afim de conscientizar os seus integrantes para a preservação dos valores tradicionais dos seus antepassados (ECODEBATE. 2011). Apesar dos percalços e desafios políticos que o Movimento Negro (MN) enfrenta, o quilombo de Jacareí do Pretos é o quilombo mais assistido da região.

Sem ajuda financeira do governo, a subsistência dessas comunidades de maneira geral depende dos esforços do trabalho braçal nas lavouras de mandioca e na fabricação da farinha, da pesca e da aposentadoria dos mais idosos que em grande parte ainda sustentam a grande parte da família.

**Foto 10:** Quilombolas em Jacareí dos Pretos trabalhando na casa da farinha



**Fonte:** arquivo do autor

**Foto 11:** Povoado de Moinho



**Fonte:** Arquivo do Autor

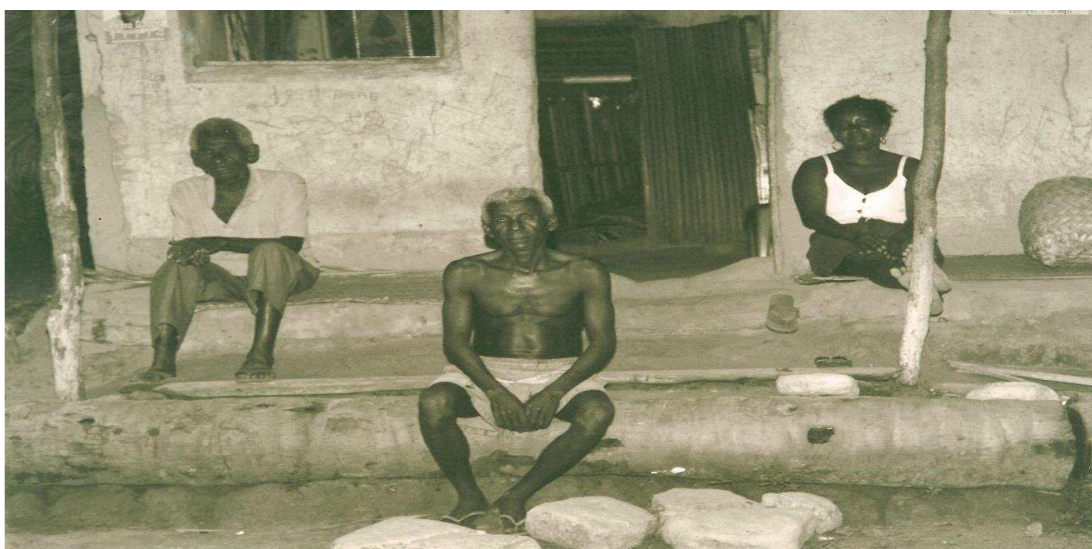
Na região de Icatu, alguns quilombos passaram a existir a partir da intensificação da balaiada na primeira metade do século XIX, como é caso da fazenda do moinho hoje povoado situado a 9 km da sede.

O capitão do Mato Juvêncio Gonçalves trouxe da baixada trouxe muitos escravizados e dinheiro. Comprou casas na Vila e grandes posses de terras. Uniu-se a uma de suas escravas e com ela teve muitos filhos. Fez a sede da fazenda no lugar\_Centro do Meio e dali a quatro quilômetros, para o norte, montou um engenho de moer cana para fabrico de açúcar mascavo e cachaça. Desde então o lugar foi denominado Moinho.

Os escravizados de Juvêncio trabalhavam em duas frentes: uma ficava no engenho e a outra ia para a lavoura. O sobrenome Gonçalves é predominante nesse povoado assim como a população parda e negra (ALMEIDA, 2016).

Outros povoados como o Santo Antônio dos Caboclos, Jurupari e Boi Cavallo indicam a origem indígena e negra. Santo Antonio dos Caboclos no começo era uma aldeia de índios, cujo os nativos foram catequisados pelos padres da fazenda Amanajui, no século XVII, pertencente à ordem dos Jesuítas, cujas ruínas são hoje conhecidas como Icó<sup>10</sup>. O escravizado Romão, fugitivo da fazenda da Mata de São Miguel, refugiou-se na aldeia, unindo-se a uma indígena por nome Efigênia. Chegando lá, Romão fez uma promessa para São Sebastião: se ele nunca fosse pego, todo o ano no dia 20 de janeiro, realizaria uma grande festa para o Santo. Até hoje este festejo existe, e são muitas as famílias negras ali residentes com traços fisionômicos da miscigenação do índio com o negro. A localidade de Santo Antonio dos Caboclos, ainda, mantém as características de uma taba (residência) indígena e os costumes tradicionais dos ancestrais no que concerne à religiosidade (ALMEIDA, 2020).

**Foto 12:** Quilombo de Olho D'Água.



**Fonte:** arquivo do autor

---

<sup>10</sup> S. f. Nome de origem tupi-guarani que significa residência.

### 2.3 Um perfil demográfico da atual Icatu

Icatu é um município do Estado do Maranhão, no Brasil. Localiza-se na microrregião de Rosário, na mesorregião do Norte maranhense. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sua população atual está estimada em 27.423 pessoas. É limitado ao norte pelo Oceano Atlântico; ao sul, pelos municípios de Axixá e Morros; a leste por de Humberto de Campos e a oeste, por de Axixá e São José de Ribamar.

Com 161 povoado, Icatu concentra a maior parte na região rural . O período colonial comportou indígenas, colonizadores europeus e negros escravizados, a população icatuense como parte integrante do Maranhão herdou na suas mais variadas formas de manifestação de elementos híbridos e sincréticos dessa relação histórica que forjou sua história, no entanto, há uma predominância populacional de afrodescendentes no seu território.

A população do Maranhão é uma das mais miscigenadas do Brasil, de acordo com o IBGE, 68% dos habitantes são pardos, resultado da mistura de diferentes composições étnicas. A maioria da população estadual é composta por afrodescendentes, consequência do intenso fluxo de tráfico negreiro entre os séculos XVIII e XIX. Atualmente, o Maranhão possui mais de 700 comunidades quilombolas, sendo, portanto, o Estado detém a maior quantidade de comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) reza o seguinte: “*Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.*”

A força étnica predominante na demografia icatuense não é perceptível quantitativamente apenas na tez da pele ou traço fisionômico dos agentes sociais envolvidos e citados na história de Icatu, mas principalmente na busca incessante por melhores condições de vida e dignidade, elementos estes, que sempre marcaram sua atuação histórica, sua existência e sua resistência através de suas manifestações culturais e forte religiosidade.

### CAPÍTULO 3: QUARTO CENTENÁRIO DE ICATÚ NA MEMÓRIA LOCAL

Ainda é viva a busca pela preservação da memória (mesmo que seletiva). No último dia 26 de outubro de 2021, Icatu completou 407 anos de fundação, uma série solenidades foram realizadas antecedida por discursos alusivos à fundação, à miscigenação, à cultura ao sincretismo, ao trabalho escravo, à batalha, ao protagonismo dos soldados liderados por Jerônimo de Albuquerque, que teve um busto feito e colocado na principal praça da cidade em sua homenagem.

Embora, esta data não corresponda à fundação nem a batalha entre franceses e português na atual praia de Santa Maria, mas sim à chegada da “*Armada Milagrosa*” na referida praia. A data da fundação se deu 25 dias depois de chegada da *Armada Milagrosa* na baía do Periá com o desfecho da batalha em 19 de novembro de 1614, no entanto, prevaleceu a data da chegada da frota de Albuquerque e não o dia do combate. Mas é impressionante perceber além da controvérsia fundacional, a força das manifestações da memória em várias faces do presente.

O 4º centenário da fundação de Icatu, mobilizou uma parte considerável da cidade, desde os políticos que aproveitam a data para exibir seu suposto engajamento em torno da memória da cidade, até os mais simples cidadãos que participam ativamente na preparação do cenário para as festividades e das apresentações das manifestações culturais. Este engajamento prático, quase generalizado visa enfatizar importância de *um lugar de memória*, conceito trabalhado por Nora (1984, p. 25), que reflete sobre a permanência do passado apesar de um desenraizamento provocado pelo tempo.

Neste caso, a comemoração anual em torno da memória da cidade para as novas gerações fortalece a preservação da identidade local mesmo havendo pouco conhecimento histórico aprofundado de sua origem. A comemoração e as manifestações acionam, de forma “quase inconsciente,” um engajamento tácito por parte dos agentes envolvidos.

Para Le Goff (1984, p. 15) tais manifestações funcionam sob um aspecto “*regenerativo*” e não uma simples *rememoração mecânica*, onde a primeira forma de tentativas de preservação é a *comemoração*. Ele também exemplifica acertadamente duas ações que caracterizam este momento: as inscrições respectivamente grafadas em obeliscos e estelas<sup>11</sup>, sinalizando a partir de então uma crescente multiplicidade de monumentos como

---

<sup>11</sup> Monólito (1) espécie de coluna destinada a ter uma inscrição (2) obra de arte mortuária (Novo Dicionário da Língua Portuguesa).

cemitérios, ruas, avenidas, lápides, bustos e etc. O que levou à gestação de uma nova ciência, a epigrafia<sup>12</sup>. A memória coletiva, para Halbwachs (1990, p. 68):

Desempenha um papel fundamental nos processos históricos. Por um lado, dando vitalidade aos objetos culturais, sublinhando momentos históricos significativos e, portanto, preservando o valor do passado para os grupos sociais. Por outro, sendo a guardiã dos objetos culturais que atravessam os tempos e que, então, podem vir a se constituir em fontes para a pesquisa histórica.

Na sede da Academia Icatuense de Letras Ciências e Artes (AILCA), há um pequeno acervo de artefatos e vários outros objetos históricos que remete a vários episódios e conjuntura histórica da cidade.

A busca por perpetuar a memória também pôde ser notada com a criação de símbolos de figuras históricas. Quando a cidade completava 399 anos, no dia 26 de outubro de 2013 foi erigido no centro da principal praça da cidade um busto homenageando Jeronimo de Albuquerque, e, a partir daquela ocasião, a praça recebeu o nome do conquistador. No parque folclórico da cidade chamada de Básica Azevedo, pintores e artistas locais por ocasião das festividades desenharam dezenas de figuras e personagens que participaram da cidade: poetas, cantadores de bumba meu boi, prefeitos, líderes comunitários, e descendentes quilombolas entre outras figuras. Quase todos falecidos, contudo, lembranças dos seus legados, circulam nas conversações entre familiares e populares, e suas memórias são eternizadas entre os viventes, representando um ponto de encontro entre o passado e o presente, entre a memória e o fazer.

**Foto 13:** Busto em homenagem a Jerônimo de Albuquerque



**Fonte:** Arquivo do Autor

<sup>12</sup> Ciência que estuda as inscrições lapidares dos monumentos antigos. (Dicionário Online)



**Foto 14:** Parque Folclórico Básica Azevedo



Fonte: arquivo do autor

### 3.1 A história local nas escolas de Icatu

Afim de compreender os dilemas do ensino de história na escola pública de Icatu, na primeira semana de novembro de 2021, foi utilizado como instrumento de pesquisa um questionário com o propósito de coletar dados selecionado que foi selecionado em três turmas de escolas públicas do município a saber: o 9º ano da Escola Municipal Luís Campos, o 1º ano da Escola municipal Severiano de Azevedo e o 3º ano na Escola Estadual Ana Flávia. O questionário foi aplicado para 06 (seis) professores e 104 alunos no total, o número relativamente baixo se deve as restrições impostas pela pandemia e consequente a evasão de alunos na escola.

A escolha metodológica se justifica ao compreender que a participação de professores e alunos de diferentes turmas servirá para avaliar melhor o propósito da pesquisa. Vale ressaltar, que a pesquisa por amostragem possui uma validade dentro do seu contexto específico.

Primeiramente foram elaboradas 07 questões, sendo 03 objetivas e 04 subjetivas; as 05 primeiras perguntas investigavam aspectos gerais de práticas docentes, conceitos e métodos em sala, e somente as 02 últimas eram pontuais sobre o ensino da história local. No procedimento de análise observei que os professores refletem sobre como aprimorar a aprendizagem da História.

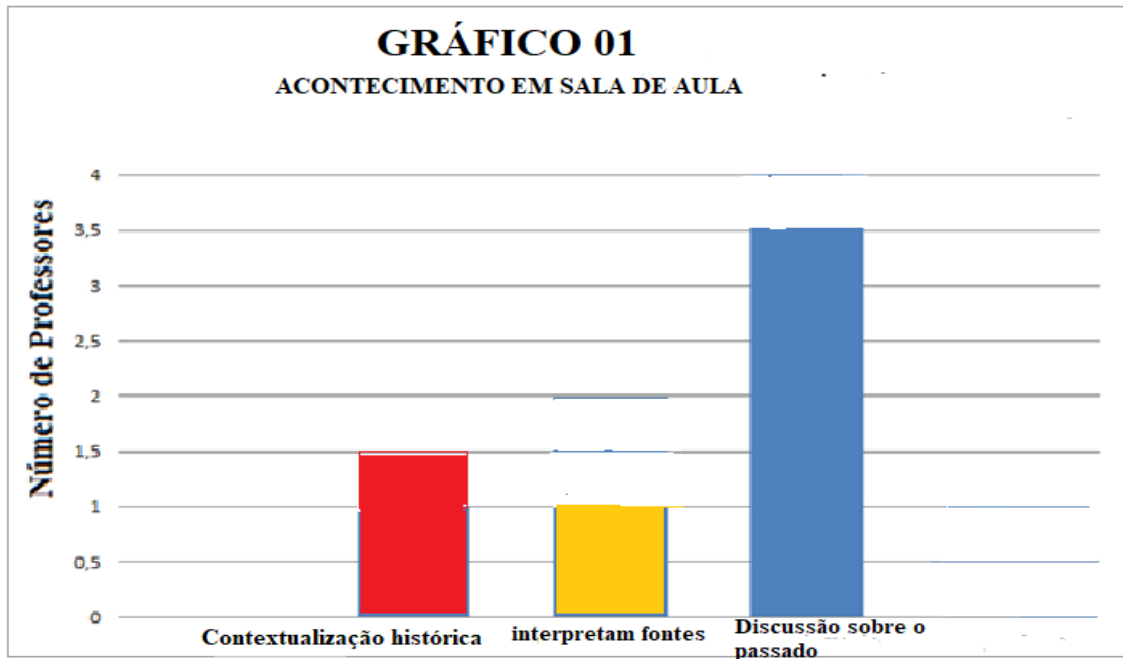
A primeira pergunta dirigida aos professores foi: 1- Como *professor (a) de História, o que é mais conveniente para melhorar o seu ensino?* Ofereci 3 possibilidades de respostas

(a) *Repensar o Ensino;* (b) *Repensar o conceito de História;* (c) *Repensar o ensino de História.* Neste quesito a maioria dos professores responderam a ultima opção. Ao entenderem que a maneira de se ensinar história em sala deve ser repensado, o docente manifesta uma preocupação com a didática do ensino mas não com o aspecto epistemológico e teórico, a rejeição da segunda opção (repensar o conceito de história) por todos os professores levou-me a inferir que a proposta pedagógica do livro didático ainda direciona o ensino de história, havendo uma clara necessidade dos docentes promoverem “práticas mais reflexivas” voltadas para a essência do conhecimento histórico dando mais sustentação ao seu profissionalismo (ZEICHNER, 2014).

A segunda e a terceira questão foram perguntas mais subjetivas assim como as respostas: 2 - *O que você acha sobre o ensino de história e sua finalidade?* 3 - *Em sua opinião houve mudança na forma como é repassado ou mediado o conteúdo de história?.* A pergunta buscou entender basicamente qual é a concepção da história enquanto ciência do homem no tempo para os professores. Uma parte relegou a História disciplina que apenas estuda o passado, e outra parte respondeu que o ensino de história tem o “papel de educar as novas gerações com concepções, ideias e informações que possibilitem o exercício da cidadania”. E sobre a pergunta 03, a maioria responderam que já houve avanços na forma como é trabalhado o conteúdo em sala, mas que ainda pode ser melhorado.

Continuando o questionário a quarta questão foi: 4 - *O que acontece normalmente na sala de aula?* Os professores tinham as seguintes alternativas: (a) *Os alunos são informados sobre o que foi certo ou errado na história* (b) *Eles discutem explicações sobre o que aconteceu no passado;* (c) *Interpretam fontes históricas, fontes e mapas (por conta própria).* O gráfico 01 a seguir mostra que, a maioria dos professores promovem discussões sobre determinados fatos históricos dando oportunidades aos alunos de perceberem as continuidades e discontinuidades do passado. Dessa forma, cada aluno pode contribuir sobre um mesmo tema através dos “olhos” do presente para o passado.

Segundo item mais elevado do gráfico 01, nos mostra se os professores estão sempre contextualizando os alunos sobre os acontecimentos históricos. Para eles, esse é um ponto muito importante, pois é a partir daí que os alunos começam a ter senso crítico.

**Gráfico 01** – Acontecimento em sala de aula

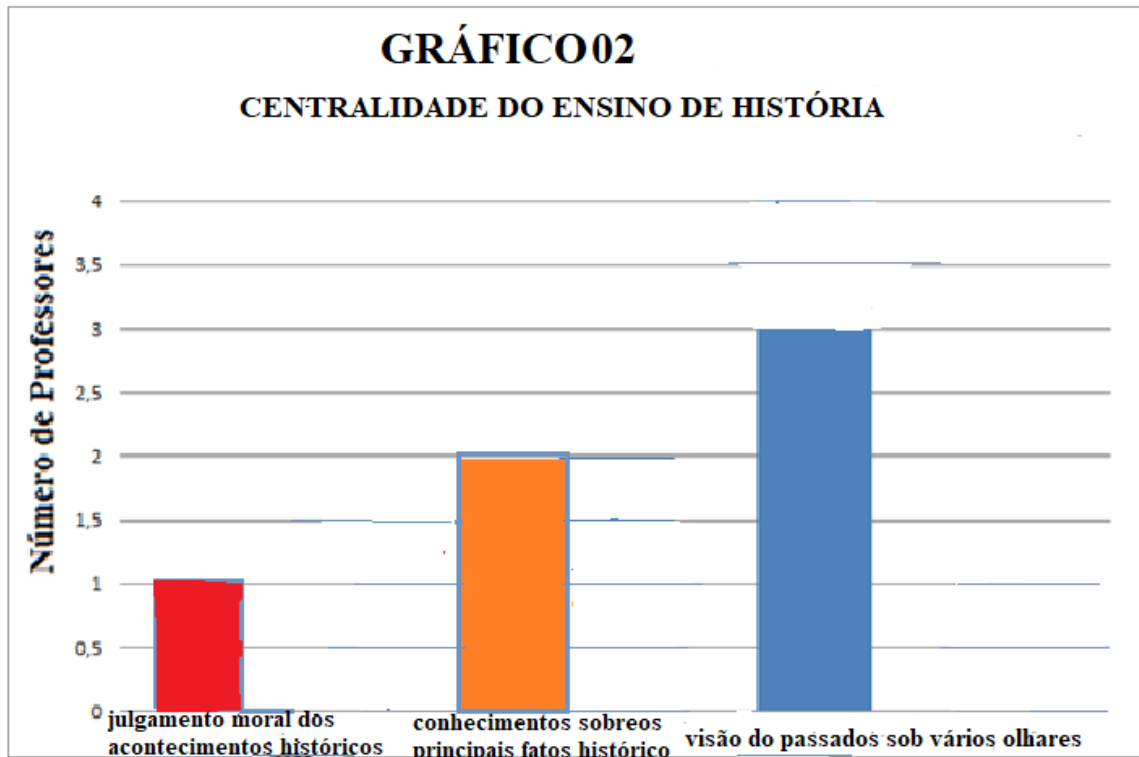
**Fonte:** Elaborado pelo Autor

O item menos elevado do gráfico 01, refere-se ao uso e interpretação de fontes, e evidencia uma dificuldade que a maioria dos professores possuem nas escolas pesquisadas: estimular os alunos a interpretar fontes. Portanto, é necessário que o professor(a) aprenda e compreenda essa habilidade. Para Schmidt (2004), por exemplo, a interpretação de fontes históricas se faz com os documentos escritos. Mas esta interpretação pode ser feita com tudo o que a criatividade do historiador lhe proporcionar.

Até aqui neste item do questionário, é meu interesse compreender até que ponto o ensino de História por parte docente reflete seu fazer pedagógico e metodológico, aliás, o desempenho do aluno em grande medida pode ser reflexo do fazer pedagógico e da perspectiva que o professor concentra o ensino de História, por isso, a pergunta foi: 5 - A centralidade do ensino de história baseia-se em qual destes itens?; (a) que os alunos adquiram conhecimento sobre os fatos históricos, (b) que eles julguem moralmente os acontecimentos do passado, c-que eles imaginem o passado levando em consideração vários pontos de vista. O gráfico 02 a seguir mostra a resposta dos professores.

Até aqui o questionário teve um propósito genérico em entender o método, a didática e o embasamento teórico que norteiam trabalho dos professores nas principais escolas de Icatu.

Gráfico 02 – Centralidade do ensino de história



**Fonte:** elaborado pelo autor

As duas perguntas finais do questionário direcionadas aos professores, são específicas e remetem ao ensino de História do Maranhão e do município nas escolas em questão.

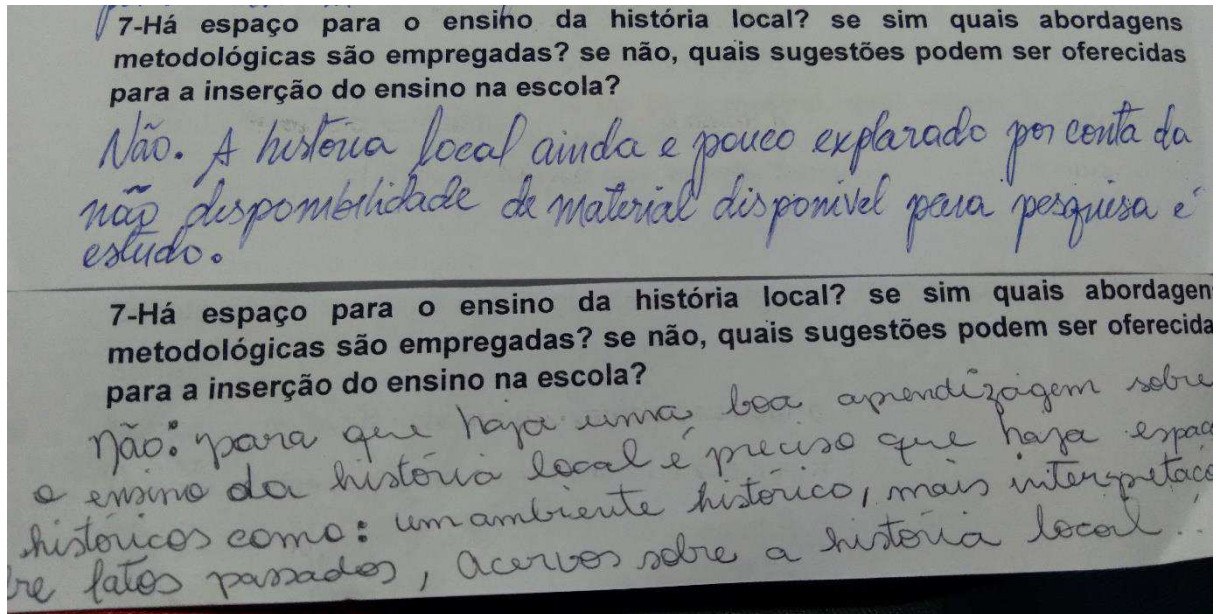
A sexta questão foi: 6 - *No planejamento semanal, mensal ou semestral qual espaço é dedicado ao ensino de História regional?*, e a sétima questão : 7- *Há espaço para o ensino de História local? se sim quais abordagens metodológicas? se não quais sugestões podem ser oferecidas a sua inserção?*

Todos professores admitiram não haver espaço no planejamento escolar sobre a História regional, apenas dois comentaram que contextualizam alguns fatos dependendo do conteúdo e da importância histórica para o estado. A justificativa foi a indisponibilidade de material didático. E a resposta referente a sétima questão, foi unanimemente não haver espaço para o ensino da História do município. Alguns não conhecem por não ser da cidade, outros dizem que o currículo escolar é apertado e não priorizam o ensino regional. Todos afirmaram que não há incentivo escolar e falta material didático específico. A sugestão dada por alguns

deles é que “*haja incentivo do poder público como a criação de acervos histórico e mais pesquisa que sejam levadas ao ambiente escolar*”.

A figura 06 abaixo extraída do questionário revela a resposta de dois professores respectivamente do 9º ano e 3º terceiro ano do ensino médio.

**Figura 06:** Resposta do professor A e B da Escola Luís Campos, 9º ano

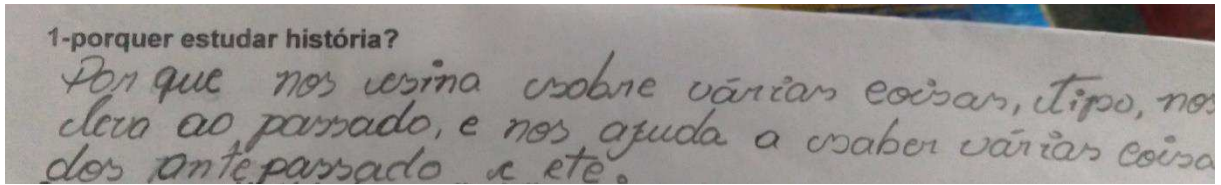


**Fonte:** Elaborado pelo autor

A segunda parte do questionário foi direcionado aos alunos das escolas mencionadas. As questões foram pensadas de forma simples e objetiva, o intuito principal era constatar se havia incentivo do ensino local, entretanto, houve outras perguntas referentes à concepção individual do conhecimento histórico deles.

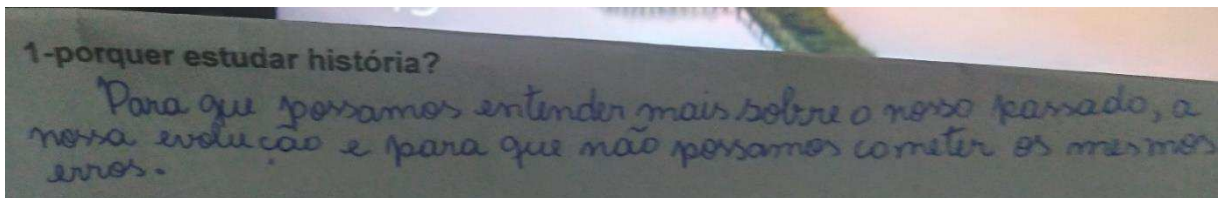
A primeira questão do questionário para os alunos foi: 1- *para que estudar História?* o propósito dessa pergunta era compreender com a disciplina enquanto ciência humana é indispensável para formação do pensamento crítico. A aplicação se deu nos três anos já mencionados e a resposta da maioria conforme as figuras 07 e 08, estiveram pautadas na noção de passado, relegando ao ensino de História a ausência de possíveis relação com o presente.

**Figura 07:** Resposta do aluno A do 9º ano da Escola Luís Campos



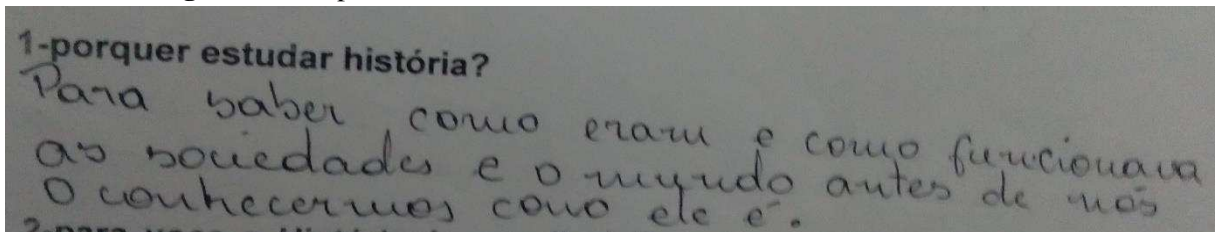
**Fonte:** Elaborado pelo autor

**Figura 08:** Resposta do aluno B da Escola Severiano de Azevedo



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021)

**Figura 09:** Resposta da aluna C do 3ºano da Escola Ana Flávia Pereira



**Fonte:** Elaborado pelo autor

As figuras demonstram uma visão estanque do ensino de História, não sugere nenhuma ligação entre o passado e o presente. Indicam a necessidade de uma transformação no ensino concernente à disciplina em questão. Somente a resposta conforme a figura 08 faz uma relação do passado com o presente, porém, traz o conhecimento da História como ensinamento para evolução humana, uma visão bastante questionável nos tempos atuais. A segunda e a terceira questão dirigida aos discentes foram, respectivamente: 2 - *Para você a história é uma disciplina apenas de decoração de datas e fatos históricos porquê.* 3 - *Você acredita que há uma relação e seu cotidiano? Justifique.*

A ideia dominante entre os alunos, é que a disciplina ensina apenas o fato pelo fato, como datas históricas de maior relevância. Esse tipo de aprendizado se deve à forma “tradicional” que o ensino se configurou. 60% dos alunos admitiram que a História não se resume a decoração de fatos histórico, no entanto, tiveram dificuldades em articular a justificativa; esses alunos pertenciam, em sua maioria, ao 2º e 3º ano. Os 40% pertencentes ao 1º e parte do 2º ano responderam sim, a História para eles se resume à memorização de fatos.

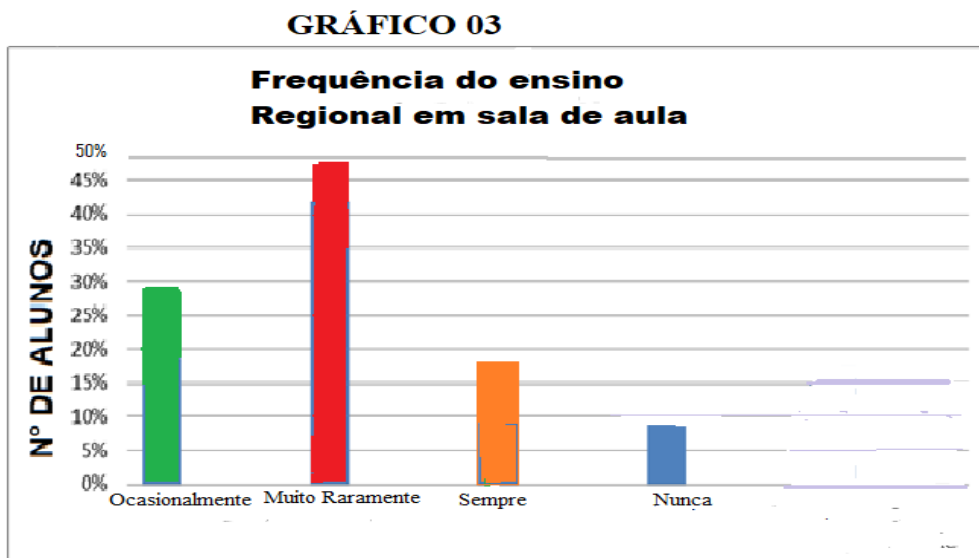
Os argumentos foram que decorar era mais viável por conta das “*muitas disciplinas para aprender*”.

Gadotti (2000, p. 4), ao falar sobre as perspectivas atuais do ensino reconhece que o ensino tradicional permanece até os dias de hoje, alguns métodos e teorias cruzam os tempos, mantendo a sua essência. Dessa forma, tanto a concepção tradicional de educação quanto a nova amplamente consolidada terão seu espaço garantido na educação do futuro.

A quarta e quinta questões têm a ver com o ensino e aprendizado sobre a História regional, o que abarca o município em estudo. O principal propósito deste subitem é a pergunta: 4 - *Com que frequência é ensinada a história regional (do Maranhão) em sala de aula?* As opções visavam ter uma resposta objetiva de acordo com as opções propostas, (a) *sempre*, (b) *ocasionalmente*, (c) *muito raramente*, (d) *nunca*.

Conforme o Gráfico 03, dos 104 alunos participantes 47, equivalente a 48,88%, marcaram a opção (c) muito raramente. 27 deles assinalaram a alternativa (b), ocasionalmente, equivalendo a 28,08%. 17 alunos marcaram a opção (a), sendo estes 17,68% dos alunos pesquisados e, somente 12 alunos afirmaram desconhecer conteúdos de História do Maranhão, equivalendo a 5,36% dos discentes pesquisados.

Gráfico 03: Frequência do ensino regional em sala de aula



**Fonte:** Elaborado pelo Autor (2021)

É importante perceber que o gráfico 03 confirma a realidade da figura 01, referente aos depoimentos dos professores, o que implica afirmar que alunos e professores reconhecem as dificuldades e limitações sobre o ensino da História regional.

A quinta e última questão: *O que você conhece sobre os principais fatos da História da sua cidade? Como obteve conhecimento?* 47 alunos disseram desconhecer qualquer história do município correspondendo a 47,34 % dos envolvidos na pesquisa; 57 alunos disseram ter conhecimento de pelo menos algum fato histórico referente à cidade correspondendo 54,48% e destes sobre onde obtiveram conhecimento a maior parte respondeu que foi fora do ambiente escolar como (oralidade familiar, relatos populares, e pela própria curiosidade).

Esta constatação serviu para reconhecer que a pesquisa em História local sempre associada ao contexto global deve ser pauta prioritária de discussão dos profissionais da disciplina e, sobretudo das Secretarias de Educação dos Municípios. Quanto ao conteúdo que eles conheciam o de maior destaque foi “a Lenda milagrosa de Guaxenduba” e a escravidão negra responsável pela construção da cidade.

### **3.2 Os desafios de ensino da História local**

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96-no seu artigo 26, enfatiza que a parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, o que abre espaço para a proposta do ensino de história local, voltada para o conhecimento dos valores, saberes e manifestações culturais dos municípios e estados. O ensino de História local. Deve conduzir o discente a “identificar o próprio grupo e as relações que estabelecem com outros tempos e espaços” (BRASIL, PCN, 2001, p. 41). As propostas regulamentadoras legais se deparam com uma séria realidade que desafia a teoria e a prática do ensino de História local.

Uma discussão que tem se tornado recorrente nas universidades públicas, são os desafios do ensino de História regional ou local que geralmente esbarram em questões pontuais como: escassa produção de livro didático quando “surge;” e está sempre descolado do contexto global e, portanto, é sempre local. Uma outra questão: a produção acadêmica com pouco alcance escolar, poucas pesquisas sobre a história regional, precarização da docência, currículo escolar defasado.

Se na academia o livro didático representa um objeto de análise crítica, e produto cultural resultante de escolhas políticas mercadológica pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Na escola básica ele visto como parâmetros incontestáveis, causando uma certa dependência no seu uso tanto para alunos, quanto para professores, dos quais muitos não



conseguem se desvencilhar dele (do livro). O que implica dizer que, a inserção ou não de conteúdos essenciais para a formação do indivíduo pode “afetar” sua capacidade leitura crítica acerca do ensino de História a partir do seu local de convívio social e sua contextualização ao cenário global. O desafio ao professor pesquisador e aluno é superar uma política predeterminada

Esta dicotomia<sup>13</sup> entre saber o saber e o saber acadêmico e escolar talvez seja um dos fatores que dificulte a interação integral do conhecimento histórico. As abordagens críticas da historiografia maranhense no contexto colonial que não chegam ao ensino escolar e a irrisória quantidade de pesquisa e produção de material didático não ajudam muito, e a chave a ser virada para a mudança desse paradigma é uma maior presença de professores-pesquisadores nas escolas afim de diminuir a distância entre o conhecimento acadêmico e o escolar. Esta perspectiva deve estar de mão dadas a uma reforma nacional de ensino e seu alcance local.

Pesquisadores brasileiros do ensino de história, como Maria Auxiliadora Schimidt e Marlene Cainelli, demonstram que a história local tem sido entendida como “história do lugar”, conectada à história regional e à micro-história. Neste sentido, as autoras afirmam a necessidade de se atentar para dois pontos:

Em primeiro lugar, é importante observar que uma realidade local não contém, em si mesma, a chave de sua própria explicação, pois os problemas culturais, políticos, econômicos e sociais de uma localidade explicam-se, também, pela relação com outras localidades, outros países e, até mesmo, por processos históricos mais amplos. Em segundo lugar, ao propor o ensino na história local como construtor de identidade, não se pode esquecer que o processo de mundialização, é importante que a construção da identidade tenha marcos de referências relacionais, que devem ser reconhecidos e situados, como o local, o nacional, o latino-americano, o ocidental e o mundial (SCHIMIDT; CAINELLI, 2004, p. 112).

Estes dois aspectos colocados em prática no âmbito do ensino escolar sobre a história local não descolados do seu macrocontexto representa uma prática positiva e de extrema importância para o alcance do objetivo de se ensinar a história local.

Um outro desafio impossível de não analisar refere-se à precarização da docência, que embora busque implementar uma estratégia reflexiva sobre o ensino, esbarra em políticas burocráticas de cultura escolar. Pouco tempo de aula que exige ter cada vez mais turma em até 03 escolas na tentativa de transpor a dura realidade dos baixos salários são fatores que alienam e dificultam a função educativa do professor de história. O conhecimento da

---

<sup>13</sup> Há um entendimento nos PCNs sobre a distinção entre o o saber histórico (conhecimento produzido no meio acadêmico) e o saber histórico escolar, que é o primeiro, ressignificado e trazido ao nível do ensino básico com outras características e funções.

realidade da limitação da docência, materiais, curriculares, formação continuada, tempo-aula, excesso de carga horária nos proporciona uma leitura mais ampla sobre o trabalho docente e o ensino de história local nas escolas da rede municipal.

(SAVIANI,2009) entende que não se pode ignorar que a qualidade do trabalho do professor não pode estar dissociada de suas condições de trabalho, como salário, jornada, que muitas vezes operam como desestímulos aos cursos de aperfeiçoamento.

### **3.3 O que se ensina e o que se aprende sobre a história de Icatu**

A pesquisa feita trouxe algumas realidades e desafios à tona, quando o conhecimento histórico deixa de ser formalmente ensinado, ainda assim, as manifestações culturais dão pistas de sua existência e sua permanência mesmo que as vezes de forma subliminar e marginal. As manifestações culturais da cidade como tambor de crioula, tambor de mina, festejos tradicionais (Festa do Divino, Festejo de Nossa Senhora da Conceição, etc.), a culinária típica entre outras; também possuem um peso pedagógico remetendo ao ensino de história na comunidade não formal, que deveria estar associada ao currículo escolar e a sua prática de ensino.

Normalmente o que se ensina sobre Icatu é que ela é uma das cidades mais antigas do Estado, de que por lá “passaram índios negros e brancos” que houve uma “grande batalha”. Mesmo desprovida de uma, abordagem mais crítica, relacional e contextual por razões já mencionadas, é possível perceber um sentimento histórico de pertencimento, produzindo uma sensação de que quanto mais remota é a origem e a história da cidade, mais motivação se deve ter em preservar sua memória e legado histórico.

As conversas com professores e alunos convergiram para uma reflexão sobre a necessidade de se criar um centro de cultura sobre a trajetória histórica da cidade, a fim de estimular o conhecimento de moradores e abrir caminho ao turismo, dando valor cultural e econômico à história da cidade. As conversações também revelaram que os alunos eram despertados a conhecer a história da cidade através do hino do município que geralmente era cantado antes da entrada na escola em dias de aulas, em ocasiões cívicas, e comemorações da cidade, que evoca e desperta a curiosidade de qualquer um que leia e ouça.

Minha querida Icatu!  
Rainha do soberbo Munim,  
Dos teus antepassados,  
A história diz assim:

No século dezessete,  
 Quando a esquadra aqui chegou,  
 Houve uma grande luta,  
 E areia de sangue molhou.

*(refrão)*

*Terra de sol ardente,  
 Com rochedo e manguezais,  
 Murmurando a correnteza,  
 Tuas crôas e currais,  
 Guerreiro amigos, tocai toré,  
 Elevemos sempre a Deus  
 Nosso amor, nossa fé.*

A letra do hino de Icatu escrita pelo ex-prefeito José Maria Oliveira Matos em 1985, claramente faz alusão a vasta região Munin, encabeçada pela cidade desde o século XVII, remonta a sangrenta batalha no litoral icatuense . O refrão enaltece o valor da terra, da vegetação e a atividade pesqueira característica da região, destaca também a atuação da cultura indígena ao mencionar um instrumento musical nativo contido no trecho do refrão: “*tocai toré*”, o refrão conclui evidenciando a força da religiosidade presente na história do povo icatuense.

Apesar das grandes barreiras do ensino de história local, há um pequeno incentivo de leitura da Academia de Icatuense de Letras, Cultura e Artes (AILCA), nas escolas de ensino fundamental. O projeto “*mentes sadias*” promove rodas de leituras sobre literaturas maranhenses inclusive sobre a cidade, onde a Academia por meio do seu fundador José Almeida disponibiliza alguns livros de sua autoria. Neste sentido já há uma preocupação sobre o que se ensina e como se ensina e o que se aprende, o projeto ainda é embrionário na sua forma prática, no entanto, como o incentivo do poder público e interesse da escola enquanto ente e promotora do conhecimento social será possível ampliar os horizontes da história da cidade de Icatu.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de formação da Vila de Icatu no final do século XVII e início do XVIII esteve inserido num amplo e complexo contexto mundial: a Expansão Ultramarina Ibérica. A importância das terras maranhenses para os objetivos das monarquias católicas desse período, ainda é alvo de estudo para a ciência histórica especializada, como mostram os trabalhos dos professores Helidacy Corrêa e Alírio Cardoso (CORRÊA, 2011; CARDOSO, 2010).

A construção do forte, a criação da vila originando o primeiro núcleo de povoação fora da ilha, sinaliza para a abrangência e a insistência do projeto colonizador que se firmaria num ambiente hostil e as vezes inóspito para os agentes da colonização, tanto no contexto da guerra, quanto na luta pela sobrevivência. A expulsão dos concorrentes franceses pelos portugueses não suplantaria os problemas que o projeto colonizador deveria enfrentar ao longo do século XVII. A Vila de Icatu como representante da capitania real em especial tornou-se decisiva na consolidação da conquista, a despeito das adversidades que ela enfrentaria resultando em mudanças geográficas decisivas para a constituição de sua História entre 1688 e 1759.

Nesse sentido, esta pesquisa se esforçou para quebrar o silenciamento ou invisibilidade historiográfica sobre a cidade de Icatu, em detrimento da batalha, ou seja, é mais recorrente na historiografia o destaque à Batalha do que o lugar onde ela ocorreu; neste sentido apesar das limitações desta pesquisa, ela pode instigar o leitor a perceber a riqueza e o legado histórico que o Estado do Maranhão possui, sobretudo nas heranças culturais ainda presente na toponímia indígena e negra em terras da região Munin.

O mapeamento dos principais povoados e quilombos revelou um passado intrínseco ao presente do qual a História não pode ignorar, e que memória não deve esquecer, pois a formação territorial e cultural do povo icatuense perpassa por elementos históricos que lhes são próprios. Ademais, o aniversário dos 407 anos das “terras de águas boas” traz à memória um elemento central típico do fenômeno histórico: a relação entre o local e o global isto é, o início da História icatuense e continuidade do projeto expansionista luso a pleno vapor no século XVII.

Considero também de extrema importância, que o resultado de toda investigação histórica obrigatoriamente devem convergir para o ensino escolar contemplando “seus herdeiros”, seu destinatário e seu espaço de compartilhamento. Mesmo que o produto da investigação não resolva todos os problemas, acaba por fomentar um valor identitário, embora preso às formalidades dos rigores acadêmicos, mas provocador de debates que não se

restringem aos preceitos historiográficos e acadêmicos. Neste sentido, a investigação da realidade escolar feita na última parte deste trabalho em escolas icatuenses, contextualizadas com as discussões acadêmicas sobre o ensino de história, em especial a regional, considera a necessidade de uma relação mais estreita entre a produção acadêmica e as políticas públicas voltadas ao ensino regional, local e escolar.

## FONTES

AHU\_ACL\_CU\_009,CX. 7, D 761  
 AHU\_ACL\_CU, 009, CX.8, D 848  
 AHU\_ACL\_CU 009, CX.7.D.824  
 AHU\_ACL\_CU 009, Cx 25, D 2580  
 AHU\_CU\_009, Cx. 38, D. 371  
 AHU\_ACL\_CU\_009 CX.66, D.5808.  
 (AHU\_CU\_.CX 9 D.969.

## REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, José. **Icatu: terra de Guaxenduba**. Imperatriz, MA: Ética, 2016.  
 \_\_\_\_\_ Breves relatos Históricos da Escravidão Negra e dos afro-descendentes de Icatu (não publicado).
- ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. **A guerra do dos bem-Te-Vis**. edição 1988. São Luís - MA.241p.
- FERREIRA, Arnaldo. **”Ravardiere”** Jornal Imparcial 11 de agosto 1957.
- AZEVEDO, Severiano Antônio de. **Tentativas poéticas**. Rio de Janeiro: J. M. Frias Editora, 1866.
- BERREDO, Bernardo Pereira de. **Anais Históricos do Estado do Maranhão**. São Luís: ALUMAR, 1988.
- BETENDORFF, João Felipe. **Crônica – Missão dos Padre da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão (1627-1698)**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1910.
- BOMBARDI, Fernanda Aires. **Fortificações militares nas capitanias do cabo do Norte e Pará: território, povoamento e comércio (1668-1706)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- BRAGANÇA FILHO, Álvaro Alfredo. A morfologia sufixal indígena na formação de topônimos do estado do Rio de Janeiro. In: **II Letras em Foco – Semana de Letras & Semana de Linguística e Filologia**, 1999, Rio de Janeiro: UERJ (DEL) / CiFEFiL, 1999. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/pub\\_outras/sliit01/sliit01\\_29-48.html](http://www.filologia.org.br/pub_outras/sliit01/sliit01_29-48.html)>. Acesso em: 01 nov. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. 3. ed. Brasília: Ministério de Educação, 2001.

BRASIL. Lei nº 9394/96. Dispõem sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2021.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho: **Caminhos do gado: conquista e ocupação no sul do Maranhão**. São Luís: Sioge, 1992.

CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). **Revista Brasileira de História**, v. 31, p. 317-338, 2011.

\_\_\_\_\_. Guerra híbrida no Atlântico Equinocial, Índios Portugueses e Espanhóis na Conquista do Maranhão e Grão-Pará (1614-1616). **História Revista**, v. 18, n. 2, 2013.

CARDOSO, Manoel Frazão. **O Maranhão por dentro**. São Luís. Litrograf, 2001.

CARRETER, Fernando Lázaro. **Dicionário de términos filológicos**. 3. ed. Madrid: Gredos, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açai, 2010.

\_\_\_\_\_. **Portuguese colonization of the Amazonia region (1640-1706)**. 2005. 344 f. Tese (Doutorado em História) - University of Cambridge, Londres. 2005.

CONCEIÇÃO, Alinne Nunes da. **Festa do Divino Espírito Santo em Itatuaba, Icatu – MA: pesquisando memória, construindo história**. São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2005.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. **Para aumento da conquista e bom governo dos moradores: o papel da câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668)**. 2011. 118 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2011.

COSTA, Francisco de Assis. A economia colonial do Grão-Pará: uma avaliação crítica (1720-1822). **Economia e Sociedade**, v. 21, p. 197-219, 2012.

COSTA JÚNIOR, Flávio Pereira. **Entre lendas e histórias: narrativas que representam a identidade de São Luís**. São Paulo: Appris, 2021.

D'ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1864.

DAHER, Andrea. **O Brasil francês: singularidades da França Equinocial (1612 – 1615)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ESTEVEES, G. **Hibiscus in Lista de Espécie da flora do Brasil**. jardim botânico do Rio de Janeiro. 20015. disponível em: < <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/jabot/FB19533>

FERNANDES, Florestan. **A organização social dos Tupinambá**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1949.

FORNEROD, Nicolas **Sobre a França Equinocial**. São Luís: Aliança Francesa e AML, 2001.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. **Estudos Avançados**, v. 16, p. 63-80, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GONÇALVES, Carlos de Jesus, CANTANHEDE, Wilson Fonseca Cantanhede. **Educação Quilombola: como trabalhar elementos da cultura popular no processo de aprendizagem no ensino e fundamental, no 5ºano da Escola Municipal Josefa Gomes em Jacareí dos Pretos**. 2015. 65 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís. 2015.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação Francesa de São Luís e seus mitos**. São Luís: Lithograf, 2002.

\_\_\_\_\_. **Jeronimo de Albuquerque Maranhão: guerra e fundação no Brasil**. São Luís; Universidade Estadual do Maranhão, 2006.

LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984.

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

LIMA, Katyre Rosa. **A Vila de Icatu na política colonizadora da capitania do Maranhão (1686-1761)**. 2019. 65 f. Monografia (Graduação em Licenciatura em História) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís. 2019.

MARCHANT, Alexander de. **Do Escambo à Escravidão**. Companhia editora Nacional- São Paulo. 1943.

MARQUES, Cesar Augusto. **Dicionário Histórico Geográfico da Província do Estado do Maranhão**. 3. ed. São Paulo: Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, 1870.

MARTINS, Ananias. **Fundamentos do patrimônio cultural**. São Luís: Editora Forte Gráfica, 2005.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. **Catálogo. O Negro e Índio na Legislação do Maranhão Provincial. 1835-1839. Edições APEM. 124 p.**



MARTINS, Marcos Lobato. **Os estudos regionais na historiografia brasileira**. 2010. Disponível em: <<http://www.minasdehistoria.blog.br/wp-content/arquivos/2008/03/historia-e-estudos-regionais.pdf>>. Acesso: 28 nov. 2021.

MEIRELES, Mário Martins. **Pequena História do Maranhão**. São Luís: SENAC, 1960.75 p

MÉRCIO, Pereira Gomes. **O índio na história: o povo Tenetehara em busca de liberdade**. São Paulo: Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MORENO, Diogo de Campos. **Jornada do Maranhão por ordem de sua majestade feita no ano de 1614**. Coleção Maranhão Sempre.5ª edição. Editora Siciliano.2002 186 p..

MORENO, Diogo de Campos. **Jornada do Maranhão por ordem de sua majestade feita no ano de 1614**. Brasília: Senado Federal, (edição resumida) 2011.

NORA, Pierre. **O tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural**. São Paulo: ANPUH, 1984.

OLIVEIRA, Luciana de Fátima. **Projetos de consolidação de um território: da Vila de Souza do Caeté à Vila de Bragança: 1740-1760**. Dissertação de mestrado em História, Goiânia, 2008. p. 84.

PIANZOLA, Maurice. **Os papagaios amarelos: franceses na conquista do Brasil**. São Luís: SECMA, 1991.

PRADO JUNIOR, Caio **História econômica do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

PRAZERES, Frei Francisco de Nossa Senhora dos. Poranduba maranhense, ou relação histórica da província do Maranhão [...] com [...] um dicionário abreviado da língua geral do Brasil. **Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 54, n. 2, p. 4-27, 1891.

PRETTO, Zozildo. **Maria do Cais do Porto**. Icatu, MA: Prefeitura de Icatu, 2002.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e a ocupação da Amazonia brasileira na Amazônia Colonial: a definição das froneiras**. 2006. 353 f. Tese (Doutorado em História) – São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, p. 143-155, 2009.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004.

\_\_\_\_\_. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SOUSA, José Reinaldo Miranda de. **Terras de Preto no Maranhão: reflexões sobre o Vale do Munim**. Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História, v. 4, n. 4, 2007.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo de; SEGURO, Visconde de Porto. **História geral do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos Editoria, 1878.

VIVEIROS, Jerônimo. **História do comércio do Maranhão - 1612/1895**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão/ Lithograf, 1º v. 1992. [1954].

ZEICHNER, K. **Ensino reflexivo e experiência baseada em campo em formação de professores**. Revista e-curriculum, v. 12, n. 3, p. 2211-2224, 2014.

### **On-line**

google: <http://familiaeducadora.blogspot.com/2012/11/povoados-de-icatu-ma-recebem-aco-es-de-html>. acesso em 23/09/21

google.<https://oimparcial.com.br/cidades/2019/04/o-mapa-dos-indios-no-maranhao/>

google.[ecodebate.com.br/2011/06/21/comunidade-quilombola-de-jacarei-dos-pretos](http://ecodebate.com.br/2011/06/21/comunidade-quilombola-de-jacarei-dos-pretos) (artigo sobre as políticas internas da referida comunidade) acesso em 23/09/202



ANEXO 02 - Questionário aplicado aos professores nas escolas de Icatu - MA

Escola: *Escola Municipal Luis Campos*

Série: *8º Ano*

Nome: *Jean Carlos Silva Alves*

1-Como professor(a) de História o que é mais conveniente para melhorar o seu ensino?

repensar o modelo de ensino ( )

repensar o conceito de História ( )

repensar o ensino de História (X)

2-o que voce acha sobre o ensino de história e sua finalidade?

*Do longo dos anos, o ensino da história tem sofrido algumas mudanças no modo de como é repassado a partir dos materiais produzidos, no entanto, as metodologias aplicadas principalmente no ensino básico não tem alcançado sua finalidade ainda.*

3-Em sua opinião houve alguma mudança na forma como é repassada o conteúdo de história?

*Sim, mas essas mudanças ocorrem a partir das metodologias que cada professor utiliza e não às que os materiais produzidos oferecem. O ensino e o conteúdo ainda baseia-se muito em conceitos e periodicidades, com poucas contextualizações.*

4-O que acontece normalmente na sala de aula?

• os alunos são informados sobre o que foi certo ou errado na história

Eles discutem explicações sobre acontecimentos do passado

• interpretam fontes históricas (mapas, documentos) por conta própria

5- A centralidade do ensino de história baseiam-se em quais destes itens?

• Que os alunos adquiram conhecimento sobre os principais fatos históricos. ( )

• Que eles julguem moralmente os acontecimentos históricos ( )

• Que eles imaginem o passado, levando em consideração vários pontos de vista (X)

6-No planejamento semanal, mensal ou semestral, qual espaço é dedicado ao ensino de história regional para os alunos?

*No planejamento bimestral que ocorre aqui na escola o espaço ao didicado ao ensino de história regional ainda é pouco explorado por conta dos materiais oferecidos.*

7-Há espaço para o ensino da história local? se sim quais abordagens metodológicas são empregadas? se não, quais sugestões podem ser oferecidas para a inserção do ensino na escola?

*Não. A história local ainda é pouco explorado por conta da não disponibilidade de material disponível na escola.*

Questionário aplicado aos alunos

Escola: Centro de Ensino Ana Cláudia Pereira da Silva

Série 3º ano

Nome Eliziane dos Santos Vilar

1- por que estudar história?

para saber sobre o que aconteceu no passado e suas relações com o presente em nosso dia a dia.

2- para voce a História é uma disciplina apenas de decoração de datas e fatos históricos? por que? Não, porque a história estuda diversos

fatos, não só relacionada a datas mas com a história em si.

3- Voce acredita que há uma relação entre história e o seu cotidiano?

Sim, porque o que aconteceu no passado está de alguma forma hoje presente em nosso cotidiano

4- Com que frequência é ensinada a história regional (do Maranhão) em sala de aula?

a- sempre (X)

b- ocasionalmente ( )

c- muito raramente ( )

d- nunca ( )

5- O que você conhece sobre os principais fatos da história de sua cidade? como obteve conhecimento?

~~Quase nada~~  
Algumas coisas, através das histórias que o povo conta.